



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

### 1. PREÂMBULO

O Município de Pinhais inscrito no CNPJ sob o nº 95.423.000/0001-00, por intermédio do Pregoeiro que ao final assina, sediado à Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, Térreo, CEP: 83.323-410, Centro, Pinhais/PR, torna público que fará realizar procedimento licitacional para contratação do objeto abaixo especificado, para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, Processo Digital nº 28696/2025, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 346/2023, além das demais legislações correlatas e de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

<b>DATA DE ABERTURA: 31/07/2025 ÀS 09:00 HORAS (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF) NO SÍTIO <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a> (compras gov)</b>			
<b>Data de Início Acolhimento das Propostas</b> 18/07/2025		<b>Data Limite Acolhimento das Propostas</b> 31/07/2025 às 08:59 horas – (Horário de Brasília – DF)	
<b>Objeto</b> Aquisição de Alimentos Perecíveis para Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência.			
<b>Valor Total Máximo da Licitação</b> R\$ 9.408.761,08 (nove milhões, quatrocentos e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e oito centavos).			
<b>Registro de Preços</b>	<b>Vistoria</b>	<b>Instrumento Contratual</b>	<b>Critério de Julgamento</b>
Sim	Não	Ata de Registro de Preços	Por Lote/Grupo
<b>Licitação Exclusiva ME/EPP</b>	<b>Reserva Cota ME/EPP</b>	<b>Exige Amostra ou Demonstração</b>	<b>Modo de Disputa</b>
Alguns Lotes/Grupos	Sim	Não	Aberto e Fechado
<b>Exigência de Documentos Complementares na Proposta de Preços</b>	<b>Pedido de Esclarecimentos e Impugnações</b>		<b>Código da Contratante - UASG</b>
Sim (Item 10.24.2)	Até o dia 28/07/2025 via sistema ou para o email <a href="mailto:catia.santos@pinhais.pr.gov.br">catia.santos@pinhais.pr.gov.br</a> ou demais meios conforme edital.		453405
<b>Exigência de Garantia de Proposta</b>	<b>Tipo de Objeto</b>		<b>Oferta de Quantidades Inferiores ao Edital</b>
Não	Aquisição		Não

### 2. OBJETO

2.1 A presente licitação tem por objeto o registro de preços referente a “**Aquisição de Alimentos Perecíveis para Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais**”



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

**Previdência.**”, conforme critérios e especificações descritas no **Anexo I** e no Termo de Referência o qual faz parte integrante deste edital independentemente de transcrição.

2.2 **Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas na plataforma Compras.gov.br e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

2.3 A ata de registro de preços terá vigência de **12 (doze) meses**.

2.4 O regime de execução será por preço unitário.

3. **DO REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 As regras referentes ao órgão gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

4. **DO VALOR MÁXIMO ADMITIDO**

4.1 O valor máximo admitido para a presente licitação é de **R\$ 9.408.761,08 (nove milhões, quatrocentos e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e oito centavos)**, observados os valores máximos admitidos para cada item do lote/grupo, conforme especificado no **Anexo I** do presente edital.

4.1.1 Também são tidos como máximos admitidos os valores individualizados de cada item constante da(s) tabela(s) presente(s) no Anexo I deste edital.

5. **CRITÉRIOS DE JULGAMENTO**

5.1 Para julgamento será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO** observadas as especificações definidas no **Anexo I** deste edital, bem como as condições exigidas **nos itens 08 a 13** do presente Edital.

5.1.1 A licitação será dividida em lotes/grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante do item 02 do Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes/grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

5.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas devesse ocorrer pelo menor preço.

5.3 Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

6. **DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

6.1 A impugnação e os pedidos de esclarecimentos poderão ser realizados em até 03 (três) dias úteis, antes da data fixada para abertura da sessão pública por forma eletrônica diretamente na plataforma da licitação, pelo e-mail [catia.santos@pinhais.pr.gov.br](mailto:catia.santos@pinhais.pr.gov.br) ou por petição dirigida e protocolada no endereço Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, Térreo, CEP: 83.323-410, Centro, Pinhais/PR.

6.1.1 O prazo para impugnação e pedido de esclarecimentos da presente licitação é até o dia 28/07/2025.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 6.1.2 Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração no Edital, não afetar a formulação das propostas, conforme dispõe art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.
- 6.1.3 Não serão conhecidas as impugnações apresentadas fora do prazo legal.
- 6.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, disponível para consulta aos consulentes e interessados, no sítio <http://www.pinhais.pr.gov.br> através do “Link” – “LICITAÇÕES”, e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e passará a integrar o edital.
- 6.3 A impugnação tem efeito suspensivo, não sendo aberta a sessão pública de propostas da licitação enquanto estiver pendente o seu julgamento.
- 6.4 O expediente desta Administração se dá de 2ª a 6ª feiras, no horário compreendido das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas.
- 6.5 Os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 6.6 **A servidora responsável pelos esclarecimentos será: Catia Fernandes de Goes dos Santos – email: [catia.santos@pinhais.pr.gov.br](mailto:catia.santos@pinhais.pr.gov.br).**

**7. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

- 7.1 Poderão participar da presente Licitação os interessados que atuem no ramo pertinente ao objeto da presente licitação e que atendam a todas as condições contidas na Lei nº 14.133/21, bem como as demais exigências contidas no presente edital, e que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 7.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/21 e para o microempreendedor individual – mei, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/06.
- 7.2.1 **A participação neste pregão é exclusiva aos microempreendedores, microempresas e empresas de pequeno porte, com exceção dos lotes/grupos 01, 03, 05, 07 e 11 onde a participação será ampla.**
- 7.2.2 A obtenção do benefício a que se refere este item fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.3 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema.
- 7.4 O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão licitante responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 7.5 Não poderão participar deste **Pregão**:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 7.5.1 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.
- 7.5.2 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.
- 7.5.3 Pessoa Física ou jurídica que se encontre, na data de abertura deste **Pregão**, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.
- 7.5.3.1 Declarada inidônea junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta no âmbito federal, estadual e municipal.
- 7.5.3.2 Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Pinhais.
- 7.5.3.3 O impedimento de que trata este subitem será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 7.5.4 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
- 7.5.5 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.
- 7.5.6 Pessoa Física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
- 7.5.7 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País.
- 7.5.8 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria e o Código de Conduta dos Servidores de Pinhais.
- 7.5.8.1 A vedação se estende a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 7.5.9 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 7.5.10 Demais condições dispostas no Decreto Municipal nº 346/2023.
- 7.6 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 7.6.1 e 7.6.2 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

- 7.7 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 7.8 O disposto nos itens 7.6.1 e 7.6.2 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 7.9 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em consórcio, atendidas as condições previstas no art. 15 da Lei nº 14.133/2021 e aquelas definidas em edital.
- 7.9.1 Fica vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica consorciada em mais de um consórcio ou isoladamente, bem como de profissional em mais de uma Sociedade Empresária ou em mais de um consórcio.
- 7.9.2 No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira.

**8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 8.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 8.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 8.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
  - 8.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.
  - 8.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.
  - 8.3.3 Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
  - 8.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/21.

- 8.5.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.
- 8.5.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 8.6 A falsidade da declaração de que trata os itens 8.3 a 8.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, neste Edital e na legislação municipal.
- 8.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.
- 8.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 8.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 8.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 8.10.1 A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.
- 8.10.2 Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 8.11 O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 8.11.1 Valor superior ao lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.
- 8.12 O valor final mínimo parametrizado na forma do item 8.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 8.13 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 8.14 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 9.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 9.1.1 Valor unitário do item, em moeda corrente nacional, utilizando duas casas decimais (Ex. R\$ 1,00).
- 9.1.2 Percentual de Desconto do lote/grupo utilizando duas casa(s) decimal(is) (Ex. 1,00%), o qual incidirá linearmente sobre os valores unitários dos subitens da(s) Tabela(s) presente(s) no Anexo I deste edital.
- 9.1.3 **Indicação de marca**, quando houver modelo.
- 9.2 Não serão aceitas propostas com quantidades inferiores às constantes no ANEXO I.
- 9.3 Com base no inc. III do art. 59 da Lei nº 14.133/21 que determina a desclassificação das propostas que permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação, solicita-se aos licitantes a possibilidade de oferta de preços, já no momento de cadastramento da proposta, com valores não superiores ao estipulado em edital, proporcionando posteriormente a celeridade na etapa de julgamento das propostas.
- 9.4 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 9.5 No valor proposto decorrente do percentual de desconto ofertado deverão estar computados todos os valores necessários para o atendimento do objeto da presente licitação, tais como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e tarifas, fretes, seguros, materiais, custos inerentes à aquisição, transporte e armazenamento, não cabendo a Prefeitura Municipal de Pinhais quaisquer custos adicionais.
- 9.6 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 9.7 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 9.8 O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte dias) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação.
- 9.9 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.
- 9.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos quando participarem de licitações públicas, inclusive aos valores já decorrentes da aplicação do desconto ofertado.
- 10. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**
- 10.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 10.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 10.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 10.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 10.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor do lote.
- 10.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no edital.
- 10.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 10.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 00,01.
- 10.9 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 10.10 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado” onde os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

**MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO**

- 10.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 10.10.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, a depender do critério de julgamento, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.10.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 10.10.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste subitem, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 10.11 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 10.12 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 10.13 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 10.14 No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 10.15 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 10.16 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 10.17 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 10.17.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) superior da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 10.17.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 10.17.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 10.17.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 10.18 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 10.18.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e conforme documentos e diretrizes previstas na legislação municipal, nesta ordem:
- 10.18.1.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.
- 10.18.1.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei.
- 10.18.1.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 10.18.1.4 Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.
- 10.18.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 10.18.2.1 Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize.
- 10.18.2.2 Empresas brasileiras.
- 10.18.2.3 Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.
- 10.18.2.4 Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 10.19 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro poderá negociar, pelo sistema eletrônico, condições mais vantajosas para que seja obtida melhor proposta.
- 10.20 Na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 10.20.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 10.20.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 10.20.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 10.21 Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote/grupo ou qualquer outro motivo.
- 10.22 O último lance ofertado deverá levar em consideração o número máximo de casas decimais permitidas para o valor unitário, de acordo com o estabelecido no subitem 9.1.1 deste edital, oportunidade em que as casas decimais excedentes dos valores totais deverão ser desconsideradas em caso de arredondamentos.
- 10.23 Esse(s) percentual(ais) de desconto será(ão) fixo(s) durante o prazo de vigência da ata de registro de preços.
- 10.24 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24(vinte e quatro) horas**, envie por meio de funcionalidade disponível no sistema de Compras do governo federal, a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada dos documentos complementares quando exigido em edital, e quando necessário de documentos para confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 10.24.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES**

- 10.24.2 **Deverão ser apresentados os seguintes documentos complementares à proposta de preços, solicitado na forma do item 10.24, conforme elencado abaixo:**
- 10.24.2.1 **PARA OS LOTES III A XII (TODOS OS ITENS):** Deverá ser apresentado imagens da embalagem ou ficha técnica ou outro documento de cada item dos lotes que estiver concorrendo, onde constem dados como ingredientes, composição ou informação nutricional, número no órgão competente para produtos de origem animal, peso do produto, prazo de validade e demais informações necessárias, a fim de ser comparado com as especificações exigidas no edital.
- 10.24.2.2 **PARA O ITEM 40 (OVO DE GALINHA) DOS LOTES I E II:** deverá ser apresentado Certificado de registro do produto de origem animal no órgão competente (Ministério da Agricultura - SIF ou Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento – SIP ou Departamento de Agricultura e Abastecimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SIM).



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

**PROPOSTA READEQUADA**

- 10.24.3 **Para a elaboração da proposta readequada a licitante poderá utilizar-se do modelo de proposta presente no Anexo II deste edital, o qual contém as seguintes exigências:**
- 10.24.3.1 Preço unitário e total do(s) lote(s)/grupo(s) arrematado(s), descrito(s) na(s) tabela(s) do item 02 do **Anexo I** deste Edital, bem como o valor total da proposta, utilizando duas casas decimais depois da vírgula (Ex: R\$ 1,00).
- 10.24.3.2 Descrição clara e detalhada dos produtos e indicação de marca, e modelo quando houver.
- 10.24.3.3 A proposta deverá conter as condições acima descritas, bem como as demais especificações constantes no **Anexo I**, e poderá conter a expressão “demais condições e especificações conforme o edital”.
- 10.24.3.4 A proposta deverá ser redigida no idioma Português (Brasil) e apresentada em 01 (uma) via original, contendo o número e a modalidade de licitação deste Edital, sem rasuras e a última contendo data, assinatura e identificação do signatário e conter preferencialmente **dados bancários (número da conta corrente e o número e endereço da agência bancária)**.
- 10.24.3.5 Os documentos exigidos para fins de proposta de preço poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 10.24.3.6 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 10.25 Após a negociação do preço, e envio dos documentos complementares se for o caso, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

11. **DA FASE DE JULGAMENTO**

- 11.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7.6 do edital (Critérios de Vedação de Participação), especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 11.1.1 Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou Cadastro de Fornecedores de Pinhais.
- 11.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta?ordenarPor=nomeSancionado&direcao=asc>).
- 11.1.3 Cadastro de Empresas e Pessoas punidas por trabalho a condições análogas às de escravo.
- 11.1.4 Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.  
<https://servicos.tce.pr.gov.br/tcepr/municipal/ai/ConsultarImpedidos.aspx>



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 11.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.
- 11.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
- 11.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
- 11.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
- 11.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 11.4 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste edital e em seus anexos.
- 11.5 Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 11.5.1 Contiver vícios insanáveis.
- 11.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no edital.
- 11.5.3 Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido em edital, inclusive quanto aos valores unitários dos itens componentes do lote/grupo ofertado.
- 11.5.4 Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.
- 11.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 11.6 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 11.7 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 11.8 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 11.9 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 11.10 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.11 O licitante que deixar de enviar a documentação solicitada nos termos deste edital, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo a aplicação de sanções previstas neste edital.
- 11.12 Erros no preenchimento da proposta readequada, das tabelas de referência, não constituem motivo para a desclassificação da proposta. Estes poderão ser corrigidos pelo fornecedor, no prazo indicado no sistema, desde que não haja majoração do preço total e atenda aos critérios dispostos neste edital quando à readequação da proposta.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 11.13 Encerrada as etapas de aceitação da proposta, será aberto prazo para intenção de recurso desta fase nos termos do item 14.3.1 do edital.
- 11.14 Restando a empresa classificada, será iniciado o procedimento de habilitação, observado o disposto neste edital.

12. **AMOSTRAS**

- 12.1 Não se exigirá a apresentação de amostra(s) do(s) produto(s) ofertado(s).

13. **HABILITAÇÃO**

- 13.1 Encerrada a etapa de julgamento das propostas, será realizada a verificação dos documentos de habilitação do licitante melhor classificado para cada lote/grupo, por intermédio das disposições contidas abaixo.
- 13.2 **Para fins de habilitação, os licitantes poderão utilizar o cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF e/ou Certificado de Registro Cadastral expedido pelo “Setor de Cadastro de Fornecedores do Município de Pinhais/PR”, em substituição aos documentos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica (quando a opção está disponível no referido cadastro), assegurado aos licitantes, caso manifestem interesse, vistas aos documentos que compõem os referidos cadastros.**
- 13.2.1 O licitante não cadastrado no SICAF e/ou no Cadastro de Fornecedores do Município de Pinhais/PR deverá apresentar toda a documentação de habilitação prevista neste Edital, na forma disposta dos itens 13.2.5 e 13.4 do edital.
- 13.2.2 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF ou Cadastro de Fornecedores de Pinhais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 13.2.3 A habilitação do licitante cadastrado no SICAF será verificada por consulta online ao sistema e para o licitante cadastrado no Município de Pinhais a consulta será realizada mediante o documento Certificado de Registro Cadastral que deverá ser anexado pela licitante junto ao sistema de Compras do governo federal na forma do item 13.2.5, aos documentos por eles abrangidos, bem como pela documentação complementar especificada neste edital.
- 13.2.4 A verificação pela(o) pregoeira(o) e equipe de apoio, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 13.2.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf ou Cadastro de Fornecedores de Pinhais ou documentos de habilitação complementares necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.
- 13.2.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.
- 13.2.7 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 13.2.8 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 13.2.9 Será verificado se o licitante apresentou no sistema as declarações mencionadas nos itens 8.3 a 8.5 do edital.
- 13.3 **A documentação poderá ser da MATRIZ ou da FILIAL, obedecendo as seguintes regras:**
- 13.3.1 **Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.**
- 13.3.2 **Os documentos de Habilitação Técnica serão aceitos emitidos em nome da matriz ou da filial, salvo disposição do edital em contrário.**
- 13.4 Ressalvado o disposto no item 13.2, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.
- 13.5 **Habilitação Jurídica**
- 13.5.1 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 13.5.2 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 13.5.3 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social devidamente registrado no órgão competente, acompanhado, conforme o caso, da prova de seus administradores ou da diretoria em exercício.
- 13.5.4 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 13.5.5 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).
- 13.5.6 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).
- 13.5.7 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e todas as alterações posteriores.
- 13.5.8 No caso de empresas reunidas em consórcio: Compromisso de constituição do Consórcio devidamente registrado por escritura pública ou documento particular



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, atendendo as seguintes condições:

- 13.5.8.1 Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.
- 13.5.8.2 Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na execução do contrato.
- 13.5.8.3 O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitatório, até sua aceitação definitiva.
- 13.5.8.4 Indicação do percentual de responsabilidade de cada consorciada, bem como as atividades que serão desempenhadas por cada consorciado individualmente (no caso de consórcios heterogêneos) para o objeto da presente licitação.
- 13.5.8.5 Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, visando manter válidas as premissas que asseguram a sua habilitação, salvo aprovação pela Administração.
- 13.5.8.6 Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente de seus integrantes.
- 13.5.9 No caso de empresas reunidas em consórcio, cada empresa integrante do consórcio, isoladamente, deverá apresentar os documentos relacionados nos itens 13.5.1 ao 13.5.8 do edital, conforme o caso.

13.6 **Regularidade Fiscal e Trabalhista**

- 13.6.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- 13.6.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 13.6.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991.
- 13.6.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual relativa aos Tributos Estaduais, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.
  - 13.6.4.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 13.6.5 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais Mobiliários e Imobiliários da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei.
  - 13.6.5.1 Para empresas sediadas em municípios em que a Certidão Municipal não seja conjunta, deverão ser apresentadas Certidão de Tributos Municipais Mobiliários e Certidão de Tributos Municipais Imobiliários.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 13.6.5.2 Relativo aos tributos municipais imobiliários, caso a licitante não possua imóvel cadastrado em seu nome, a mesma deverá apresentar certidão negativa, expedida pela Prefeitura Municipal de seu domicílio ou sede, comprovando esta situação ou declaração da licitante (sob as penas da lei) de que não possui imóvel, conforme modelo constante do **Anexo III**.
- 13.6.6 Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
- 13.6.7 Prova de regularidade relativa à Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa de débitos trabalhistas – CNDT.
- 13.6.8 Os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, por ocasião da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação acima requisitada para efeito da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista ainda que com alguma restrição.
- 13.6.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, referente ao item 13.6.2 do edital.
- 13.6.10 Para empresas reunidas em consórcio, deverão ser apresentados todos os documentos relacionados neste item (13.6) de cada empresa integrante do consórcio, isoladamente.
- 13.7 **Qualificação Econômico-Financeira**
- 13.7.1 Certidão negativa de falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.
- 13.7.2 Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais encerrados, apresentados na forma da Lei, que comprovem a sua boa situação financeira, sendo vedada à substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- 13.7.2.1 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, deverá apresentar Balanço de Abertura nos termos do item 13.7.2.3, sendo facultada a apresentação conjunta da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE.
- 13.7.2.2 No caso de empresa constituída há menos de 02 (dois) anos, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício social encerrado.
- 13.7.2.3 Serão considerados e aceitos, na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que atendam as seguintes exigências:
- 13.7.2.3.1 **Quando se tratar de empresas S/A com publicações em jornais:** publicação do Diário Oficial e/ou jornais de grande circulação contendo o Balanço e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE (Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis).
- 13.7.2.3.2 **Quando se tratar de empresas de outra forma societária:** Balanço e Demonstração do Resultado do Exercício – DRE acompanhados das cópias dos Termos de abertura e encerramento, extraídos do Livro Diário, (Art. 5º, § 2º do Decreto Lei nº 486/69), devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante e/ou em outro órgão equivalente.
- 13.7.2.3.3 **Quando se tratar de empresas que adotem a Escrituração Contábil Digital – ECD (Decreto nº 6.022/2007 e demais normas aplicáveis):** Termo de Abertura e Encerramento, Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício –



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

DRE, e Recibo de entrega da ECD, extraídos do Livro Diário e retirados do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED.

- 13.7.2.4 Quanto à exigibilidade do balanço patrimonial e demonstrações contábeis às empresas que elaboram o balanço patrimonial no final de cada exercício (**relativo ao último exercício**): quando se tratar de empresas que adotem a Escrituração Contábil Digital (ECD), até o último dia útil do mês de junho de cada ano, poderão ser apresentados os referidos documentos do exercício anterior ao último, e após o último dia útil do mês de junho somente do último exercício; para as demais, até dia 30 de abril do ano corrente, poderão ser apresentados os referidos documentos do exercício anterior ao último, e após esta data somente do último exercício.
- 13.7.3 Comprovação da situação financeira da empresa através dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, **comprovados mediante o Balanço Patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios sociais encerrados**, devendo os resultados serem iguais ou superiores a 1,00 (um), em todos os índices mencionados nas seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

**Onde: LG = Liquidez Geral**

**LC = Liquidez Corrente**

**SG = Solvência Geral**

- 13.7.3.1 O(A) Pregoeiro(a) poderá aferir por meio do(s) balanço(s) patrimonial(is) apresentado(s), os índices acima mencionados, no caso da licitante deixar de apresentar o cálculo exigido neste edital.
- 13.7.4 Para empresas reunidas em consórcio, deverão ser apresentados todos os documentos acima relacionados por cada integrante do consórcio, isoladamente.
- 13.7.5 Caso a licitante possua qualquer dos índices especificados anteriormente, inferior à 1,00 (um), deverá comprovar possuir Patrimônio Líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor total do somatório do(s) lote(s)/grupo(s), considerando para o cálculo o valor máximo do(s) lote(s)/grupo(s), por meio do Balanço Patrimonial/Abertura do último exercício social encerrado.
- 13.7.5.1 No caso de empresas reunidas em consórcio se qualquer das empresas consorciadas possuir índice inferior à 1,00 (um) em qualquer dos índices especificados anteriormente, deverá comprovar possuir Patrimônio Líquido não inferior a 11% (onze por cento) do valor total do somatório do(s) lote(s)/grupo(s), considerando para o cálculo o valor máximo do(s) lote(s)/grupo(s), por meio do Balanço Patrimonial/Abertura do último exercício social encerrado.
- 13.7.5.2 Para empresas reunidas em consórcio, a verificação de Patrimônio Líquido nos termos exigidos acima, será relativa à soma dos Patrimônios Líquidos de cada



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

consorciada, por meio do Balanço Patrimonial/Abertura do último exercício social encerrado.

13.7.5.3 O acréscimo previsto no item 13.7.5.1 não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

13.8 **Qualificação Técnica**

13.8.1 Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação.

13.8.1.1 O(s) atestado(s) deverá(ão) conter: o nome e o cargo do responsável que o(s) assinar; a indicação de cumprimento da obrigação de forma e qualidade satisfatórias e nos prazos exigidos.

13.8.1.2 No caso de empresas reunidas em consórcio, a exigência contida no item 13.8.1 poderá ser comprovada por qualquer uma das empresas consorciadas.

13.8.1.3 Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, deverá ser observado o disposto no §10 e §11 do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

13.8.2 **Licença Sanitária** vigente, concedida pela Vigilância Sanitária do seu Estado ou Município ou pelo Serviço de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal do Setor da Agricultura de origem da empresa.

13.8.3 **Licença Sanitária de Veículos**, concedido pela Vigilância Sanitária do seu Estado ou Município dos veículos refrigerados utilizados para a distribuição dos produtos até as Unidades da Prefeitura com a data de inspeção válida.

O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

13.8.4 **No caso de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:**

13.8.4.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#).

13.8.4.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados.

13.8.4.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual.

13.8.4.4 O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#).

13.8.4.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato.

13.8.4.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

13.8.4.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.9 **Documentos Complementares**

13.9.1 Declaração da licitante de enquadramento como empresa Microempreendedor Individual ou Microempresa ou Pequeno Porte conforme relacionadas no modelo constante do **Anexo IV** deste edital.

13.10 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

13.10.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que o licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarado vencedor, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.

13.10.2 A declaração do vencedor acima referida será realizada no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

13.10.3 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

13.11 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de classificação e habilitação.

13.12 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

13.12.1 Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

13.12.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

13.13 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.14 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação conforme condições estabelecidas neste edital.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 13.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- 13.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 13.17 A documentação de que trata este edital deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura da sessão.
- 13.18 Caso não conste prazo de validade no próprio documento ou em cláusula específica deste edital ou no SICAF, será considerado o prazo de validade de até 90 (noventa) dias contados da data de sua expedição.
- 13.19 Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital, o licitante será declarado vencedor.

**14. RECURSOS**

- 14.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 14.2 O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 14.3 Quando o recurso impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 14.3.1 Qualquer licitante poderá, de forma imediata, durante o prazo de 10 (dez) minutos concedido na sessão pública, após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.
- 14.3.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo estipulado no item 14.2 acima, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.
- 14.3.3 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 14.3.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual terá o prazo de 03 (três) dias úteis para apreciação. Posteriormente, o recurso será encaminhado com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.4 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 14.5 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 14.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.7 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no sítio <http://www.pinhais.pr.gov.br> através do “Link” – “LICITAÇÕES”, e no sítio [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).
- 14.8 Encerrada a fase recursal da sessão pública do Pregão será divulgada a ata no sistema eletrônico.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

**15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

15.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1 Nas hipóteses de suspensão pelo Pregoeiro motivados por situações decorrentes da sessão pública.

15.1.2 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.3 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.2 Todos os licitantes remanescentes serão convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**16. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

16.1 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

16.1.1 Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação.

16.1.2 Dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

16.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

16.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

16.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

16.3 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

16.3.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

16.3.2 Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas na minuta da ata de registro de preços.

16.4 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

16.4.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.

16.4.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

17.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

18. **OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

18.1 As obrigações da detentora da ata estão detalhadas no **Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços**.

19. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

19.1 No caso da licitante vencedora estar reunida em consórcio, apresentar antes da assinatura da ata de registro de preços decorrente desta licitação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso apresentado no item 13.5.9 do edital, devendo comprovar o arquivamento na Junta Comercial e a Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

19.2 Após a homologação do resultado deste pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias úteis, a contar da convocação a este fim, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/21 e no presente edital.

19.3 A intimação poderá se dar via e-mail ou por meio de publicação no Órgão Oficial de Imprensa do Município.

19.4 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

19.5 Quando o licitante convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidas neste edital, a Administração poderá convocar outra licitante registrada no cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação e verificação da adequação da proposta e das condições de habilitação, conforme art. 82, §5, VI, da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste edital.

19.6 As regras para convocação dos demais fornecedores registrados no cadastro de reserva, obedecida a ordem de classificação, constam deste edital e na minuta da ata de registro de preços.

19.7 Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para assinar a ata de registro de preços, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.8 Como condição para assinatura da ata de registro de preços ou instrumento equivalente será verificada se o licitante vencedor mantém as mesmas condições de habilitação, conforme art. 91, §4º da Lei nº 14.133/2021.

19.9 Farão parte integrante da ata de registro de preços o presente edital e seus anexos, bem como os documentos constantes do processo e que tenham servido de base para a presente licitação.

19.10 A ata de registro de preços se regerá pelas cláusulas e disposições nela constantes, pelas demais disposições constantes do presente Edital, pelas disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, bem como pelas demais disposições legais aplicáveis à espécie do objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que no edital ou na ata de registro de preços ou instrumento equivalente não mencionadas.

19.11 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura da ata de registro de preços, os documentos exigidos



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

- 19.12 A Administração deverá providenciar a publicação do extrato de ata de registro de preços e de seus eventuais aditamentos.
- 19.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de execução do objeto nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a firmar contratação.
- 19.14 A Administração reserva o direito de contratar apenas o que lhe for necessário dos itens registrados, de acordo com a sua demanda, mesmo que inferior à estimativa de gastos estipulada ou superior à quantidade máxima ou estimativa de gastos mensais neste último caso o fornecedor tenha disponibilidade.
- 19.15 Não será permitida a adesão à atas de registro de preços do município de Pinhais por órgãos e entidades de outros municípios.
- 19.16 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.
- 19.17 A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pela secretaria / órgão interessada(o) por intermédio de nota de empenho de despesa ou ordem de execução de serviço ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 19.18 A execução da contratação decorrente da Ata de Registro de Preços terá o seu início a partir do recebimento ou retirada da Nota de Empenho ou outro instrumento hábil.
- 19.19 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.
- 19.20 Os critérios para o reajuste dos preços registrados estão disponíveis na minuta da ata de registro de preços.
- 19.21 As hipóteses de cancelamento da ata de registro estão disponíveis na minuta da ata de registro de preços.
- 19.22 Haverá prioridade na aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente, em atendimento ao que dispõe o §4º do art. 8º do Decreto Federal nº 8.538/2015.
- 19.23 A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou a ata de registro de preços.
- 19.24 A ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

**20. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 20.1 A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se refere o artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 e o Decreto Municipal nº 346/2023, será balizada pelas normas estabelecidas neste edital.
- 20.2 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
- 20.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, compreendendo:



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 20.2.1.1 Deixar de entregar documentação exigida no instrumento convocatório.
- 20.2.1.2 Entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do instrumento convocatório.
- 20.2.1.3 Fazer entrega parcial da documentação exigida no instrumento convocatório em desatendimento às condições do edital.
- 20.2.1.4 Deixar de entregar documentação complementar exigida pelo Agente de contratação, necessária para a comprovação de veracidade e/ou autenticidade de documentação exigida no edital de licitação.
- 20.2.2 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, compreendendo:
  - 20.2.2.1 Deixar de atender a convocações do Agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória.
  - 20.2.2.2 Deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o instrumento convocatório as amostras solicitadas pelo Agente de contratação.
  - 20.2.2.3 Abandonar o certame.
  - 20.2.2.4 Solicitar sem justo motivo a desclassificação após a abertura da sessão do certame.
- 20.2.3 Não celebrar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.
- 20.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.
- 20.2.5 Fraudar a licitação.
- 20.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 20.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 20.2.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 20.3 Com fulcro na Lei Federal nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
  - 20.3.1 Advertência.
  - 20.3.2 Multa.
  - 20.3.3 Impedimento de licitar e contratar.
  - 20.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 20.4 Na aplicação das sanções serão considerados:
  - 20.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
  - 20.4.2 As peculiaridades do caso concreto.
  - 20.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
  - 20.4.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública.
  - 20.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 20.5 Serão aplicadas aos licitantes e/ou adjudicatários que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
  - 20.5.1 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.2.1, 20.2.2, 20.2.3 deste edital, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
  - 20.5.2 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 20.2.4, 20.2.5, 20.2.6, 20.2.7 e 20.2.8 deste edital,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- bem como nos subitens 20.2.1, 20.2.2 e 20.2.3 deste edital, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).
- 20.5.3 Os respectivos prazos aplicáveis às infrações acima, estão definidos no art. 261 do Decreto Municipal nº 346/23.
- 20.6 Todas as sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme as condições abaixo:
- 20.6.1 Para o cálculo da multa, o percentual a ser aplicado incidirá sobre o valor total do somatório do(s) item(ns) ofertado(s) pela licitante no sistema eletrônico que restarem prejudicados pelo cometimento da infração, considerando para o cálculo o valor máximo do(s) item(ns) estabelecido(s) em edital, respeitadas as regras dispostas em cada infração abaixo listada.
- 20.6.2 Para as infrações descritas no item 20.2.1, a multa será de 1%.
- 20.6.3 Para as infrações descritas no item 20.2.2, a multa será de 3%.
- 20.6.4 Para as infrações descritas no item 20.2.3, a multa será de 10%.
- 20.6.5 Para as infrações descritas no item 20.2.4, a multa será de 20%.
- 20.6.6 Para a infração descrita no item 20.2.5, a multa será de 20%.
- 20.6.7 Para as infrações descritas no item 20.2.6, a multa será de 20%.
- 20.6.8 Para a infração descrita no item 20.2.7, a multa será de 20%.
- 20.6.9 Para as infrações descritas no item 20.2.8, a multa será de 20%.
- 20.7 A dosimetria das sanções será aplicada de acordo com os critérios objetivos definidos no Decreto Municipal nº 346/2023, especialmente em seus art. 265 a 267.
- 20.8 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 20.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta, quando solicitada, em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.
- 20.9 Na aplicação de qualquer penalidade haverá a prévia instauração do devido processo administrativo sancionatório, assegurando-se o contraditório e ampla defesa.
- 20.10 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 20.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de multa e impedimento de licitar e contratar, e de 05 (cinco) dias úteis para a sanção de advertência, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 20.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 20.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 20.14 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados ao Município de Pinhais.
- 20.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 20.16 A personalidade jurídica do licitante poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste edital ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o licitante, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).

**21. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 21.1 Os critérios de pagamento estão detalhados no **Anexo V - Minuta da Ata de Registro de Preços.**
- 21.2 As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão à conta da(s) **DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):**

**Secretaria Municipal de Educação  
2025**

**05.001.0012.0366.0074.2056.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0361.0074.6005.33.90.32.05.00  
05.001.0004.0122.0074.6006.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6007.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6013.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0367.0074.6014.33.90.32.05.00**

**2026**

**05.001.0012.0366.0074.2056.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0361.0074.6005.33.90.32.05.00  
05.001.0004.0122.0074.6006.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6007.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6013.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0367.0074.6014.33.90.32.05.00**

**Secretaria Municipal de Assistência Social  
2025**

**08.003.0008.0245.0118.2175.33.90.30.07.99**

**Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer  
2025**

**11.008.0027.0811.0083.2161.33.90.32.99.01**

**Secretaria Municipal de Saúde**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

**2025**

**06.001.0010.0302.0094.2043.33.90.30.07.99**

**06.001.0010.0302.00xx.2xxx.33.90.30.07.99**

**Pinhais Previdência**

**2025**

**17.001.0009.0122.0171.2050.33.90.30.07.99**

21.3 As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

**22. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

**22.1 Tratamento de dados pessoais e publicidade dos procedimentos licitatórios**

22.1.1 Em virtude do presente certame, a Administração Municipal realizará o tratamento de dados pessoais para a identificação das partes interessadas e para cumprimento dos requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e demais instrumentos normativos, conforme a hipótese legal prevista no Art. 7º, II da Lei nº 13.709/2018.

22.1.2 Os licitantes e as partes interessadas ficam cientes de que os dados pessoais que instruírem o presente procedimento licitatório se tornarão públicos, em razão do Art. 13 da Lei nº 14.133/2021, devendo, por isso, fornecer apenas os dados estritamente necessários ao prosseguimento do certame.

**22.2 Coleta de dados pessoais**

22.2.1 A Prefeitura de Pinhais faz a coleta e uso de dados pessoais para o cumprimento de suas atribuições e competências legais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709/2018). Para mais informações e/ou esclarecimentos, acesse a Política de Privacidade do Município de Pinhais através do site da Prefeitura (<https://pinhais.atende.net/cidadao/pagina/lgpd>) ou entre em contato com o Encarregado de Dados via e-mail: [encarregado.lgpd@pinhais.pr.gov.br](mailto:encarregado.lgpd@pinhais.pr.gov.br).

**23. DISPOSIÇÕES GERAIS**

23.1 À Prefeita do Município de Pinhais compete anular este Pregão por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, e revogar o certame por considerá-lo inoportuno ou inconveniente diante de fato superveniente, mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

23.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

23.3 Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

23.4 A adjudicação e homologação deste Pregão competem à Prefeita do Município de Pinhais, respeitadas as regras de delegação previstas na legislação municipal.

23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 23.6 O edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.pinhais.pr.gov.br](http://www.pinhais.pr.gov.br) através do “Link” – “LICITAÇÕES”.
- 23.7 A íntegra deste processo de licitação está disponível no endereço eletrônico [www.pinhais.pr.gov.br](http://www.pinhais.pr.gov.br) através do “Link” – “LICITAÇÕES”.
- 23.8 A Legislação Municipal estará disponível para consulta no sítio <https://leismunicipais.com.br/prefeitura/pr/pinhais>.
- 23.9 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 23.10 É facultado ao Pregoeiro, ou à Autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive requerendo a planilha de composição de preço para aferir a exequibilidade da proposta.
- 23.11 Os proponentes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pelo Pregoeiro, sob pena de desclassificação/inabilitação.
- 23.12 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, salvo disposição em contrário, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.13 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.14 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Prefeitura Municipal de Pinhais, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.15 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.16 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.
- 23.17 Em caso de divergência entre disposições deste edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste edital.
- 23.18 As decisões, resultados, comunicados e informações referentes a este processo licitatório serão disponibilizadas no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras), no site [www.pinhais.pr.gov.br](http://www.pinhais.pr.gov.br) através do “Link” – “LICITAÇÕES”, encaminhados via comunicado (por e-mail) para o representante indicado no credenciamento ou, ainda, mediante publicação no Jornal Oficial do Município, quando for o caso.
- 23.19 Os casos não previstos neste Edital serão decididos pelo Pregoeiro.
- 23.20 A participação do proponente implica em aceitação de todos os termos deste Edital.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 23.21 Serão desconsideradas, para todos os efeitos, quaisquer manifestações que pretenda o licitante atribuir ao Pregoeiro ou à sua Equipe de Apoio, que não tenham sido exaradas de modo expresso, escrito e disponibilizado a todos os licitantes, necessariamente decorrentes de impugnações, recursos, questionamentos, ou qualquer tipo de provocação devidamente encaminhada ou protocolada em tempo hábil.
- 23.22 Fica eleito, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital, o Foro Regional de Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR, local da realização do certame.
- 23.23 Constituem-se em anexos do presente edital:

<b>ANEXO I</b>	Condições Gerais, Especificações e Quantitativos
<b>ANEXO II</b>	Modelo de Proposta
<b>ANEXO III</b>	Modelo de Declaração de Que Não Possui Imóvel
<b>ANEXO IV</b>	Modelo de Declaração de Enquadramento como Empresa MEI/ME/EPP
<b>ANEXO V</b>	Minuta da Ata de Registro de Preços

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, Térreo, Centro.  
CEP: 83.323-410 - Pinhais/PR.  
E-mail: [catia.santos@pinhais.pr.gov.br](mailto:catia.santos@pinhais.pr.gov.br)

**Pinhais, data da assinatura digital.**

**Catia Fernandes de Goes dos Santos  
Pregoeira**



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

**ANEXO I**

**CONDIÇÕES GERAIS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**1 OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a Aquisição de Alimentos Perecíveis para Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência.

**2. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**LOTE 1 - HORTIFRUTIGRANJEIROS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Abacate comum de primeira qualidade	464371	KG	2.295	R\$8,08	R\$18.543,60
2	Abacaxi de primeira qualidade, embalagem compra em unidade pesando 2kg cada	464374	KG	12.682	R\$10,66	R\$135.190,12
3	Abóbora menina de primeira qualidade	471861	KG	1.140	R\$7,67	R\$8.743,80
4	Abóbora seca madura de primeira qualidade	463747	KG	788	R\$12,35	R\$9.731,80
5	Abobrinha de primeira qualidade (extra aa)	463749	KG	4.996	R\$6,59	R\$32.923,64
6	Acelga de primeira qualidade com maços de aproximadamente 2kg	463818	KG	3.143	R\$8,53	R\$26.809,79
7	Agrião de primeira qualidade em maço	463819	KG	1.245	R\$22,89	R\$28.498,05
8	Aipim toleto descascado de primeira qualidade	463795	KG	1.088	R\$9,46	R\$10.292,48
9	Alface crespa de primeira qualidade.	463832	KG	5.573	R\$11,45	R\$ 63.810,85
10	Alho graúdo do tipo comum, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causados por pragas	461695	KG	4.731	R\$37,69	R\$178.311,39
11	Banana caturra de 1ª qualidade, em pencas com 60 a 70% de maturação	464380	KG	70.950	R\$7,05	R\$500.197,50
12	Banana prata de primeira qualidade	464381	KG	753	R\$8,35	R\$6.287,55
13	Batata lavada, classe II (entre 42 e 70 mm), categoria extra	463754	KG	17.688	R\$6,07	R\$107.366,16
14	Batata doce de primeira qualidade	463753	KG	2.625	R\$4,54	R\$11.917,50
15	Batata salsa de primeira qualidade	463760	KG	3.313	R\$7,62	R\$25.245,06



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

16	Berinjela comum de primeira qualidade	463764	KG	1.650	R\$7,43	R\$12.259,50
17	Beterraba, classe extra A (50 a 90 mm) de qualidade superior, tamanho médio	463767	KG	17.273	R\$3,54	R\$61.146,42
18	Brócolis de primeira qualidade (extra aa) SEM CAULE E FOLHAS	463837	KG	5.010	R\$37,55	R\$188.125,50
19	Caqui de primeira qualidade	464386	KG	7.357	R\$11,04	R\$81.221,28
20	Cebola graúda fisiologicamente desenvolvida, não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos e firme	463782	KG	9.711	R\$4,73	R\$45.933,03
21	Cenoura de primeira qualidade (extra aa)	463770	KG	14.505	R\$6,16	R\$89.350,80
22	Cheiro verde de primeira qualidade, em maços de 500 gramas cada	463882	KG	3.177	R\$38,88	R\$123.521,76
23	Chuchu de primeira qualidade (extra aa)	463778	KG	16.955	R\$4,48	R\$75.958,40
24	Couve manteiga de primeira qualidade. Embalagem compra em maço	463822	KG	3.248	R\$22,68	R\$73.664,64
25	Couve-flor de primeira qualidade SEM CAULE E FOLHAS	463831	KG	2.629	R\$23,55	R\$61.912,95
26	Escarola de primeira qualidade	463823	KG	908	R\$6,45	R\$5.856,60
27	Espinafre, em maço	463824	KG	1.335	R\$16,81	R\$22.441,35
28	Goiaba vermelha in natura, sem sujidades, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita sua manipulação.	464392	KG	225	R\$12,85	R\$2.891,25
29	Inhame de primeira qualidade	463789	KG	2.370	R\$8,85	R\$20.974,50
30	Laranja lima de primeira qualidade	464394	KG	2.370	R\$9,59	R\$22.728,30
31	Laranja pera de primeira qualidade	464393	KG	25.282	R\$7,32	R\$185.064,24
32	Limão verde de primeira qualidade	464398	KG	2.337	R\$4,34	R\$10.142,58
33	Maçã gala ou fugi de primeira qualidade, categoria extra, classe 180 (80 a 104g cada unidade) ou classe 165 - (105 a 114 g cada unidade)	464400	KG	68.963	R\$13,27	R\$915.139,01
34	Mamão formosa de primeira qualidade, fresco com 80% de maturação	464405	KG	45.165	R\$8,85	R\$399.710,25
35	Manga Tommy de primeira qualidade com 80% de maturação, sem fibras	464406	KG	25.807	R\$9,16	R\$236.392,12
36	Melancia de primeira qualidade, tipo a, unidades com peso aproximado de 7kg	464418	KG	15.412	R\$5,11	R\$78.755,32
37	Melão amarelo de primeira qualidade	464422	KG	13.882	R\$11,43	R\$158.671,26
38	Milho verde em espiga de primeira qualidade	463797	UNID	4.635	R\$3,74	R\$17.334,90
39	Morango de primeira em bandeja de até 500g	464328	KG	2.340	R\$36,84	R\$86.205,60



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

40	Ovo de galinha grande (peso de 48 a 58 g), embalagem compra: em lâmina de papelão forte, inodoro e seco em caxilhos ou divisores celulares para 30 unidades	446618	DÚZIA	28.917	R\$11,80	R\$341.220,60
41	Pepino de primeira qualidade (extra aa)	463796	KG	8.538	R\$6,65	R\$56.777,70
42	Pêra da variedade Williams ou Portuguesa ou d'Anjou ou Packhams ou Red Bartlett ou Winter), entre 100 e 150 gramas cada unidade	464425	KG	16.184	R\$8,58	R\$138.858,72
43	Pêssego de primeira qualidade com peso médio de 70 a 120g cada	464333	KG	4.110	R\$11,31	R\$46.484,10
44	Pimentão verde de primeira qualidade (extra a)	463809	KG	1.793	R\$7,76	R\$13.913,68
45	Pinhão	464544	KG	945	R\$14,41	R\$13.617,45
46	Rabanete, sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio e uniforme, sem manchas, lesões ou sujidades	463799	KG	1.522	R\$5,82	R\$8.858,04
47	Repolho verde de primeira qualidade (extra) em unidades com peso médio de aproximadamente 2 kg	463839	KG	4.080	R\$3,06	R\$12.484,80
48	Tangerina ponkan de primeira qualidade (tipo a)	464436	KG	12.445	R\$3,63	R\$45.175,35
49	Tomate salada de primeira qualidade (extra aa) grande, com 60% de maturação	463806	KG	14.648	R\$7,56	R\$110.738,88
50	Uva niagara nacional de primeira qualidade, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio ou transporte	464439	KG	3.779	R\$18,55	R\$70.100,45
51	Vagem macarrão ou manteiga, de primeira qualidade (extra AA)	463807	KG	1.500	R\$16,36	R\$24.540,00
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$5.022.040,62</b>

**LOTE 2 - HORTIFRUTIGRANJEIROS COTA ME E EPP**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Abacate comum de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464371	KG	765	R\$8,08	R\$6.181,20
2	Abacaxi de primeira qualidade, embalagem compra em unidade pesando 2kg cada. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464374	KG	4.228	R\$10,66	R\$45.070,48
3	Abóbora menina de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	471861	KG	380	R\$7,67	R\$2.914,60
4	Abóbora seca madura de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463747	KG	262	R\$12,35	R\$3.235,70
5	Abobrinha de primeira qualidade (extra aa). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463749	KG	1.664	R\$6,59	R\$10.965,76



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

6	Acelga de primeira qualidade com maços de aproximadamente 2kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463818	KG	1.047	R\$8,53	R\$8.930,91
7	Agrião de primeira qualidade em maço. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463819	KG	415	R\$22,89	R\$9.499,35
8	Aipim toleto descascado de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463795	KG	362	R\$9,46	R\$3.424,52
9	Alface crespa de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463832	KG	1.857	R\$11,45	R\$21.262,65
10	Alho graúdo do tipo comum, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causados por pragas. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	461695	KG	1.577	R\$37,69	R\$59.437,13
11	Banana caturra de 1º qualidade, em pencas com 60 a 70% de maturação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464380	KG	23.650	R\$7,05	R\$166.732,50
12	Banana prata de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464381	KG	252	R\$8,35	R\$2.104,20
13	Batata lavada, classe II (entre 42 e 70 mm), categoria extra. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463754	KG	5.762	R\$6,07	R\$34.975,34
14	Batata doce de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463753	KG	875	R\$4,54	R\$3.972,50
15	Batata salsa de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463760	KG	1.077	R\$7,62	R\$8.206,74
16	Berinjela comum de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463764	KG	550	R\$7,43	R\$4.086,50
17	Beterraba, classe extra A (50 a 90 mm) de qualidade superior, tamanho médio. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463767	KG	5.757	R\$3,54	R\$20.379,78
18	Brócolis de primeira qualidade (extra aa) SEM CAULE E FOLHAS. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463837	KG	1.670	R\$37,55	R\$62.708,50
19	Caqui de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464386	KG	2.453	R\$11,04	R\$27.081,12
20	Cebola graúda fisiologicamente desenvolvida, não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos e firme. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463782	KG	3.237	R\$4,73	R\$15.377,01
21	Cenoura de primeira qualidade (extra aa). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463770	KG	4.835	R\$6,16	R\$29.783,60
22	Cheiro verde de primeira qualidade, em maços de 500 gramas cada. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463882	KG	1.060	R\$38,88	R\$41.212,80
23	Chuchu de primeira qualidade	463778	KG	5.652	R\$4,48	R\$25.320,96



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

	(extra aa). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14					
24	Couve manteiga de primeira qualidade. Embalagem compra em maço. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463822	KG	1082	R\$22,68	R\$24.539,76
25	Couve-flor de primeira qualidade SEM CAULE E FOLHAS. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463831	KG	876	R\$23,55	R\$20.629,80
26	Escarola de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463823	KG	302	R\$6,45	R\$1.947,90
27	Espinafre, em maço. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463824	KG	445	R\$16,81	R\$7.480,45
28	Goiaba vermelha in natura, sem sujidades, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita sua manipulação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464392	KG	75	R\$12,85	R\$963,75
29	Inhame de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463789	KG	790	R\$8,85	R\$6.991,50
30	Laranja lima de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464394	KG	790	R\$9,59	R\$7.576,10
31	Laranja pera de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464393	KG	8.428	R\$7,32	R\$61.692,96
32	Limão verde de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464398	KG	778	R\$4,34	R\$3.376,52
33	Maçã gala ou fugi de primeira qualidade, categoria extra, classe 180 (80 a 104g cada unidade) ou classe 165 - (105 a 114 g cada unidade). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464400	KG	22.987	R\$13,27	R\$305.037,49
34	Mamão formosa de primeira qualidade, fresco com 80% de maturação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464405	KG	15.055	R\$8,85	R\$133.236,75
35	Manga Tommy de primeira qualidade com 80% de maturação, sem fibras. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464406	KG	8.603	R\$9,16	R\$78.803,48
36	Melancia de primeira qualidade, tipo a, unidades com peso aproximado de 7kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464418	KG	5.138	R\$5,11	R\$26.255,18
37	Melão amarelo de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464422	KG	4.628	R\$11,43	R\$52.898,04
38	Milho verde em espiga de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463797	UNID	1.545	R\$3,74	R\$5.778,30
39	Morango de primeira em bandeja de até 500g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464328	KG	780	R\$36,84	R\$28.735,20
40	Ovo de galinha grande (peso de	446618	DÚZIA	9.638	R\$11,80	R\$113.728,40



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

	48 a 58 g), embalagem compra: em lâmina de papelão forte, inodoro e seco em caxilhos ou divisores celulares para 30 unidades. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14					
41	Pepino de primeira qualidade (extra aa).COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463796	KG	2.847	R\$6,65	R\$18.932,55
42	Pêra da variedade Williams ou Portuguesa ou d'Anjou ou Packhams ou Red Bartlett ou Winter), entre 100 e 150 gramas cada unidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464425	KG	5.396	R\$8,58	R\$46.297,68
43	Pêssego de primeira qualidade com peso médio de 70 a 120g cada. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464333	KG	1.370	R\$11,31	R\$15.494,70
44	Pimentão verde de primeira qualidade (extra a).COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463809	KG	597	R\$7,76	R\$4.632,72
45	Pinhão. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464544	KG	315	R\$14,41	R\$4.539,15
46	Rabanete, sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio e uniforme, sem manchas, lesões ou sujidades. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463799	KG	508	R\$5,82	R\$2.956,56
47	Repolho verde de primeira qualidade (extra) em unidades com peso médio de aproximadamente 2 kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463839	KG	1.360	R\$3,06	R\$4.161,60
48	Tangerina ponkan de primeira qualidade (tipo a). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464436	KG	4.135	R\$3,63	R\$15.010,05
49	Tomate salada de primeira qualidade (extra aa) grande, com 60% de maturação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463806	KG	4.882	R\$7,56	R\$36.907,92
50	Uva niagara nacional de primeira qualidade, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio ou transporte. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	464439	KG	1.261	R\$18,55	R\$23.391,55
51	Vagem macarrão ou manteiga, de primeira qualidade (extra AA). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	463807	KG	500	R\$16,36	R\$8.180,00
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 1.672.907,91</b>

**LOTE 3 - CARNES SUÍNAS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Carne suína sem osso resfriada, pernil em cubos de 30g cada, extra limpos. Embalagem compra: em saco de polietileno transparente de até 1kg	447527	KG	12.776	R\$ 25,50	R\$ 325.788,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

<b>TOTAL DO LOTE</b>	<b>R\$ 325.788,00</b>
----------------------	-----------------------

**LOTE 4 - CARNES SUÍNAS COTA ME E EPP**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Carne suína sem osso resfriada, pernil em cubos de 30g cada, extra limpos. Embalagem compra: em saco de polietileno transparente de até 1kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	447527	KG	4.259	R\$ 25,50	R\$ 108.604,50
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 108.604,50</b>

**LOTE 5 - IOGURTES**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Alimento elaborado a partir de iogurte ou leite fermentado com polpa ou pedaços de fruta, sem adição de açúcar, com consistência cremosa, em pote de polietileno de 90 a 100g	446710	UNID	9.840	R\$ 2,76	R\$ 27.158,40
2	iogurte com polpa de frutas sabor morango em pote de polietileno de 90g	446704	UNID	19.650	R\$ 2,63	R\$ 51.679,50
3	iogurte natural integral, sem adição de açúcares, sem corantes, sem conservantes, apenas com leite e fermento lácteo, em pote de aproximadamente 170g	446701	UNID	8.025	R\$ 4,14	R\$ 33.223,50
4	iogurte zero lactose com polpa de frutas em pote de polietileno de no mínimo 90g	446705	UNID	1.087	R\$ 4,25	R\$ 4.619,75
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 116.681,15</b>

**LOTE 6 - IOGURTES COTA ME E EPP**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Alimento elaborado a partir de iogurte ou leite fermentado com polpa ou pedaços de fruta, sem adição de açúcar, com consistência cremosa, em pote de polietileno de 90 a 100g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	446710	UNID	3.280	R\$ 2,76	R\$ 9.052,80
2	iogurte com polpa de frutas sabor morango em pote de polietileno de 90g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	446704	UNID	6.550	R\$ 2,63	R\$ 17.226,50
3	iogurte natural integral, sem adição de açúcares, sem corantes, sem conservantes,	446701	UNID	2.675	R\$ 4,14	R\$ 11.074,50



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

	apenas com leite e fermento lácteo, em pote de aproximadamente 170g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14					
4	iogurte zero lactose com polpa de frutas em pote de polietileno de no mínimo 90g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	446705	UNID	363	R\$ 4,25	R\$ 1.542,75
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 38.896,55</b>

**LOTE 7 - PRODUTO DE PANIFICAÇÃO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Pão de hambúrguer, sem gergelim. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado	460380	KG	1.507	R\$ 23,53	R\$ 35.459,71
2	Pão tipo hot dog 25g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado.	460392	KG	19.215	R\$ 23,91	R\$ 459.430,65
3	Pão tipo hot dog 50g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado.	460386	KG	12.997	R\$ 27,12	R\$ 352.478,64
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 847.369,00</b>

**LOTE 8 - PRODUTO DE PANIFICAÇÃO COTA ME E EPP**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Pão de hambúrguer, sem gergelim. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	460380	KG	503	R\$ 23,53	R\$ 11.835,59
2	Pão tipo hot dog 25g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	460392	KG	6.405	R\$ 23,91	R\$ 153.143,55
3	Pão tipo hot dog 50g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	460386	KG	4.333	R\$ 27,12	R\$ 117.510,96
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 282.490,10</b>

**LOTE 9 - PRODUTO DE PANIFICAÇÃO SEM GLÚTEN**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Bolo sem glúten em embalagem de polietileno de aproximadamente 200g.	476817	PCT	500	R\$ 31,77	R\$ 15.885,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

2	Pão de forma sem glúten em embalagem de polietileno de aproximadamente 500g.	461668	PCT	415	R\$ 35,70	R\$ 14.815,50
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 30.700,50</b>

**LOTE 10 - MASSAS RESFRIADAS**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Massa para lasanha, resfriada, separadas por filme plástico uma a uma, tendo formato retangular. Embalagem compra: saco de polietileno com peso líquido entre 400g e 500g	465350	KG	190	R\$ 22,28	R\$ 4.233,20
2	Massa para pastel, resfriada, separadas por filme plástico uma a uma, tendo formato redondo. Embalagem compra: saco de polietileno com peso líquido de 400g contendo 20 unidades de massa com 20g cada	462244	KG	1.230	R\$ 20,54	R\$ 25.264,20
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 29.497,40</b>

**LOTE 11 - CARNES DE FRANGO**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Coxa e sobrecoxa de frango congelado	447636	KG	7.575	R\$ 13,88	R\$ 105.141,00
2	Filezinho de peito de frango (sassami) congelado, cortado em postas de 60g a 80g cada. Embalagem compra de 1kg	447618	KG	1.226	R\$ 21,33	R\$ 26.150,58
3	Peito de frango congelado, sem pele e sem osso	447594	KG	27.809	R\$ 20,46	R\$ 568.972,14
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 700.263,72</b>

**LOTE 12 - CARNES DE FRANGO COTA ME E EPP**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	Coxa e sobrecoxa de frango congelado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	447636	KG	2.525	R\$ 13,88	R\$ 35.047,00
2	Filezinho de peito de frango (sassami) congelado, cortado em postas de 60g a 80g cada. Embalagem compra de 1kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	447618	KG	409	R\$ 21,33	R\$ 8.723,97
3	Peito de frango congelado, sem pele e sem osso. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	447594	KG	9.271	R\$ 20,46	R\$ 189.684,66
<b>TOTAL DO LOTE</b>						<b>R\$ 233.455,63</b>



<b>TOTAL GERAL</b>	<b>R\$9.408.761,08</b>
--------------------	------------------------

## 2.1. Especificações dos HORTIFRUTIGRANJEIROS

### **Características gerais:**

Os componentes devem ser procedentes de espécimes vegetais genuínos e são, estar isentos de umidade externa anormal, odor e sabor estranhos e estar livres de resíduos de fertilizantes. Os legumes e as verduras deverão apresentar-se frescas, íntegras e bem conservadas. As frutas devem ser frescas, apresentando grau de maturação entre 60 e 70%, que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação, em condições adequadas para o consumo. Os hortifrutigranjeiros deverão ser classificados como de primeira qualidade. Entendem-se como legumes e verduras de primeira qualidade os de excelente aparência com folhas verdes, turgescentes, intactas, firmes e bem desenvolvidos. Entendem-se como frutas de primeira qualidade as de excelente aparência, sem defeitos, apresentando tamanho, cor e formação uniformes, devendo ser bem desenvolvidas. Todos os produtos deverão ser provenientes de estabelecimentos registrados e habilitados perante os órgãos competentes, observando as normas sanitárias vigentes e garantindo que os produtos estejam livres de qualquer tipo de contaminação ou substância prejudicial à saúde.

### **Características microbiológicas dos legumes e verduras:**

- *Coliformes* a 45°C: máximo 10<sup>2</sup>/g;
- *Salmonella*: ausência em 25g.

Características microbiológicas das frutas:

- *Coliformes* a 45°C: máximo 5x10<sup>2</sup>/g;
- *Salmonella*: ausência em 25g.

### **Características específicas dos ovos:**

Os ovos devem ser procedentes de aves sadias, sob controle sanitário do Serviço de Inspeção Federal - SIF do Ministério da Agricultura ou Serviço de Inspeção do Paraná - SIP da Secretaria de Estado da Agricultura ou Serviço de Inspeção Municipal de Pinhais – SIM vinculado ao Departamento de Agricultura e Abastecimento da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEMDE), ser classificados como de categoria “A”.

Em relação a classificação, peso e embalagem, os produtos deverão estar conforme a Portaria SDA nº 747, de 6 de fevereiro de 2023 e a Portaria SDA/MAPA nº 1.179, de 5 de setembro de 2024.

Em relação ao peso a avaliação da conformidade da classificação dos ovos por peso peso, será tolerada, no ato da entrega, a presença de até 10% (dez por cento) de ovos pertencentes à classificação imediatamente inferior à indicada na rotulagem, desde que a variação de peso para baixo não ultrapasse o limite máximo de 2% (dois por cento) do peso mínimo da classificação dos ovos indicada na rotulagem e o peso médio dos ovos contidos na embalagem fique dentro do padrão da respectiva classificação de peso. Não será considerada não



EDITAL

conformidade a presença de ovos pertencentes à classificação de peso superior à indicada na rotulagem.

Em relação à embalagem, os ovos deverão ser acondicionados em caixa padrão indicando o grupo, a classe, o tipo contido, a data de validade e a marca. Na embalagem de ovos não poderão ser acondicionados, em um mesmo recipiente, ovos oriundos de espécies, de categorias, classe, tipos ou de cores diferentes. Embalagens secundárias que acondicionam múltiplas embalagens primárias desprovidas de rótulo devem conter a descrição "proibida a venda fracionada", além das demais informações obrigatórias previstas na legislação específica. Quando não for utilizada uma embalagem primária os ovos devem ser individualmente identificados com a data de validade, data de fabricação e número do SIF. A tinta utilizada para a impressão ou marcação da casca de ovos em natureza deve ser específica para uso em alimentos, atóxica, não constituir risco de contaminação ao produto, bem como atender aos padrões estabelecidos pelo órgão competente.

Os ovos devem se apresentar com a casca limpa, íntegra, sem deformações, sujidades ou presença de mofo.

**Quanto ao prazo de validade dos ovos no momento da entrega:**

No momento da entrega, o produto não poderá ter sido produzido há mais de 10 (dez) dias.

**Característica microbiológica dos ovos:**

-*Salmonella*: ausência em 25g.

**2.2. Especificações das CARNES SUÍNAS**

**Características gerais:**

As carnes suínas deverão ser provenientes de animais abatidos sadios, sob controle sanitário do SIF ou SIP ou SIM. Devem apresentar-se isentas de produtos químicos ou estranhos.

Características microbiológicas:

- *Salmonella*: ausência em 25g;
- *Coliformes* a 45°C: máximo 104/g.

**Características da embalagem:**

O produto deverá ser embalado em embalagem termoencolhível ou de polietileno transparente, atóxico, higienicamente adequado, devidamente vedado com até 1Kg.

**Quanto ao prazo de validade e a temperatura no momento da entrega:**

O prazo de validade mínimo deve ser de 10 dias a contar da data da entrega. Os produtos resfriados deverão apresentar temperatura na faixa de 0 a 7° C.

**2.3. Especificações dos IOGURTES**

**Características gerais do alimento sem adição de açúcar item 1:**

O produto deverá ser elaborado com iogurte ou leite fermentado, polpa ou pedaço de fruta e demais ingredientes nas quantidades determinadas por legislação específica. NÃO deverá conter açúcar.



EDITAL

**Características gerais do iogurte item 2:**

O produto deverá ser elaborado com leite, polpa de fruta e demais ingredientes nas quantidades determinadas por legislação específica.

**Características gerais do iogurte natural item 3:**

O produto deverá ser elaborado com leite integral pasteurizado, sem adição de polpa de frutas ou saborizantes, sem adição de açúcar, com consistência cremosa ou firme.

**Características gerais do iogurte zero lactose item 4:**

O produto deverá ser elaborado com enzima lactase, polpa ou pedaço de fruta e demais ingredientes nas quantidades determinadas por legislação específica. NÃO deverá conter lactose.

**Características organolépticas:**

Cor, odor e sabor próprios.

**Características da embalagem:**

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagem plástica atóxica, resistente, devidamente vedada, que garantam a sua qualidade original dentro do prazo de validade estabelecido, obedecendo à legislação em vigor.

**Características microbiológicas:**

*Coliformes* a 45°C: 10/g.

**Quanto ao prazo de validade e a temperatura no momento da entrega:**

No momento da entrega, o produto não poderá ter sido produzido há mais de 10 (dez) dias.

Os produtos não poderão apresentar temperatura superior a 7°C no ato da entrega.

**2.4. Especificações dos PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO e PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO SEM GLÚTEN**

**Características gerais:**

Os produtos deverão ser elaborados com matérias-primas adequadas, utilizando-se somente componentes permitidos por lei, apresentar uniformidade quanto ao tamanho, formato e aspectos gerais.

Os itens dos lotes de PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO NÃO deverão ter o ingrediente leite de vaca na lista de ingredientes, conforme a descrição, porém poderá conter traços de derivados de leite, devidamente indicado na embalagem para alérgicos.

Os produtos não deverão apresentar-se amassados ou com características que não sejam as adequadas ao produto.

**Características da embalagem:**

Os produtos deverão ser acondicionados em embalagem plástica transparente, atóxica, resistente e devidamente vedada que garanta a sua qualidade original dentro do prazo de validade estabelecido;

Deverão constar na embalagem o local de fabricação, a data de fabricação, o prazo de validade, os ingredientes e o peso.

**Quanto ao prazo de validade no momento da entrega:**



EDITAL

Os produtos dos lotes de PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO deverão ter validade mínima de 7 (sete) dias contados a partir da data de fabricação. No momento da entrega, o produto não poderá ter sido produzido há mais de 1 (um) dia.

Os produtos do lote de PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO SEM GLÚTEN deverão ter validade mínima de 30 (trinta) dias contados a partir da data de fabricação, sendo que no momento da entrega o produto não poderá ter sido produzido há mais de 20 (vinte) dias.

**Características microbiológicas:**

Coliformes a 45°C: 102/g.

**2.5. Especificações das MASSAS RESFRIADAS**

**Características gerais:**

Os produtos deverão ser elaborados com matérias-primas adequadas, determinando sabor, odor e aspecto adequados aos produtos.

As massas deverão apresentar uniformidade quanto ao tamanho e formato, e ser separadas individualmente com filme de polietileno virgem, que garantam a sua qualidade original chegando à unidade de maneira íntegra e protegida contra insetos, sujidades e outros que possam prejudicar a qualidade do produto. Os produtos não deverão apresentar-se amassados ou com características que não sejam as adequadas ao produto.

**Quanto ao prazo de validade e temperatura no momento da entrega:**

O prazo de validade do produto deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias a partir da data de fabricação. No momento da entrega, o produto não poderá ter sido produzido há mais de 15 (quinze) dias.

Os produtos não poderão apresentar temperatura superior a 7°C no ato da entrega.

**2.6. Especificações das CARNES DE FRANGO**

**Características gerais:**

As carnes de frango deverão ser provenientes de aves abatidas sadias, sob controle sanitário do SIF ou SIP ou SIM. Devem apresentar-se isentas de produtos químicos ou estranhos.

O percentual permitido de água (gelo) na carne de frango congelada não pode ultrapassar o valor limite de 6% (seis por cento), o qual será conferido no momento da utilização do produto, após o seu descongelamento. Se ultrapassar este percentual, a Contratante irá solicitar reposição da diferença da quantidade do produto.

**Características organolépticas:**

- Aparência: própria, sem resto de vísceras, musculatura firme e superfície não pegajosa;
- Odor: característico;
- Cor: própria rosa clara, sem manchas de sangue, azuis ou esverdeadas.

**Característica microbiológica:**



EDITAL

Coliformes a 45°C: máximo 104/g.

**Características da embalagem:**

O produto deverá ser embalado em embalagem termoencolhível ou de polietileno transparente, atóxico, higienicamente adequado, devidamente vedado com até 2Kg. Na etiqueta ou rótulo do produto, é necessário indicar o dia, mês e ano da fabricação, assim como o prazo de validade para congelamento (-12 a -18°C), conforme Instrução Normativa MAPA nº 22 de 24/11/2005 e Art. 32 da RDC nº 727, de 1º de julho de 2022 do Ministério da Saúde.

**Quanto ao prazo de validade e temperatura no momento da entrega:**

O prazo de validade do produto deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias a partir da data de fabricação. No momento da entrega, o produto não poderá ter sido produzido há mais de 15 (quinze) dias.

Os produtos deverão apresentar temperatura na faixa de -12 a -18° C no momento da entrega.

**2.7. Especificações da rotulagem dos produtos (exceto frutas, legumes e verduras):**

O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

No rótulo da embalagem deverão constar as seguintes informações:

- Identificação do produto, inclusive marca;
- Nome e endereço do fabricante;
- Data de fabricação do produto e data de validade ou prazo para consumo (dia, mês e ano);
- Lista de ingredientes, inclusive tipo e código dos aditivos, quando utilizados e identificação do corte ou da peça, quando aplicável;
- Informação nutricional;
- Conteúdo líquido, ou a expressão “Deve ser pesado à vista do consumidor”;
- Número do registro do produto no órgão competente (Serviço de Inspeção Federal - SIF do Ministério da Agricultura ou Serviço de Inspeção do Paraná - SIP da Secretaria de Estado da Agricultura ou Serviço de Inspeção Municipal de Pinhais – SIM da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico) para produtos de origem animal;
- Número do lote, se utilizado.
- Instruções de conservação (refrigeração ou congelamento), inclusive com a faixa de temperatura pertinente, para produtos de origem animal;

**3. Órgãos Participantes**

Órgão Gerenciador:

SEMED - Secretaria Municipal de Educação

Órgãos Participantes:

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

SEMEL - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer  
PP - Pinhais Previdência

ITEM	UNID	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE SECRETARIAS					QUANTIDADE TOTAL
			SEMED	SEMAS	SEMEL	SEMSA	PP	
<b>LOTE I - HORTIFRUTIGRANJEIROS</b>								
1	Kg	Abacate comum de primeira qualidade	2.250	45	0	0	0	2.295
2	Kg	Abacaxi de primeira qualidade, embalagem compra em unidade pesando 2kg cada	12.000	563	0	112	7	12.682
3	Kg	Abóbora menina de primeira qualidade	750	360	0	30	0	1.140
4	Kg	Abóbora seca madura de primeira qualidade	750	38	0	0	0	788
5	Kg	Abobrinha de primeira qualidade (extra aa)	4.500	458	0	38	0	4.996
6	Kg	Acelga de primeira qualidade com maços de aproximadamente 2kg	3.000	143	0	0	0	3.143
7	Kg	Agrião de primeira qualidade em maço	1.125	120	0	0	0	1.245
8	Kg	Aipim toleto descascado de primeira qualidade	750	338	0	0	0	1.088
9	Kg	Alface crespa de primeira qualidade.	5.250	323	0	0	0	5.573
10	Kg	Alho graúdo do tipo comum, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causados por pragas	4.500	220	0	11	0	4.731
11	Kg	Banana caturra de 1º qualidade, em pencas com 60 a 70% de maturação	60.000	9.300	150	1.500	0	70.950
12	Kg	Banana prata de primeira qualidade	0	521	0	225	7	753
13	Kg	Batata lavada, classe II (entre 42 e 70 mm), categoria extra	16.500	1.173	0	15	0	17.688
14	Kg	Batata doce de primeira qualidade	2.250	360	0	15	0	2.625
15	Kg	Batata salsa de primeira qualidade	3.000	298	0	15	0	3.313
16	Kg	Berinjela comum de primeira qualidade	1.500	150	0	0	0	1.650
17	Kg	Beterraba, classe extra A (50 a 90 mm) de qualidade superior, tamanho médio	16.500	660	0	113	0	17.273
18	Kg	Brócolis de primeira qualidade (extra aa) SEM CAULE E FOLHAS	4.500	465	0	45	0	5.010
19	Kg	Caqui de primeira qualidade	6.750	525	0	75	7	7.357
20	Kg	Cebola graúda fisiologicamente desenvolvida, não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos e firme	9.000	634	0	75	2	9.711
21	Kg	Cenoura de primeira qualidade (extra aa)	13.500	780	0	225	0	14.505
22	Kg	Cheiro verde de primeira qualidade, em maços de 500 gramas cada	3.000	165	0	11	1	3.177



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

23	Kg	Chuchu de primeira qualidade (extra aa)	16.500	455	0	0	0	16.955
24	Kg	Couve manteiga de primeira qualidade. Embalagem compra em maço	3.000	248	0	0	0	3.248
25	Kg	Couve-flor de primeira qualidade SEM CAULE E FOLHAS	2.250	379	0	0	0	2.629
26	Kg	Escarola de primeira qualidade	750	158	0	0	0	908
27	Kg	Espinafre, em maço	1.125	210	0	0	0	1.335
28	Kg	Goiaba vermelha in natura, sem sujidades, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita sua manipulação.	0	225	0	0	0	225
29	Kg	Inhame de primeira qualidade	2.250	120	0	0	0	2.370
30	Kg	Laranja lima de primeira qualidade	0	2.138	0	225	7	2.370
31	Kg	Laranja pera de primeira qualidade	20.250	4.275	0	750	7	25.282
32	Kg	Limão verde de primeira qualidade	1.500	720	0	113	4	2.337
33	Kg	Maçã gala ou fugi de primeira qualidade, categoria extra, classe 180 (80 a 104g cada unidade) ou classe 165 - (105 a 114 g cada unidade)	66.000	2.663	0	300	0	68.963
34	Kg	Mamão formosa de primeira qualidade, fresco com 80% de maturação	42.000	2.033	0	1.125	7	45.165
35	Kg	Manga Tommy de primeira qualidade com 80% de maturação, sem fibras	24.000	1.575	0	225	7	25.807
36	Kg	Melancia de primeira qualidade, tipo a, unidades com peso aproximado de 7kg	13.500	1.710	0	187	15	15.412
37	Kg	Melão amarelo de primeira qualidade	12.000	1.650	0	225	7	13.882
38	Unid.	Milho verde em espiga de primeira qualidade	3.900	735	0	0	0	4.635
39	Kg	Morango de primeira em bandeja de até 500g	1.500	758	0	75	7	2.340
40	Dúzia	Ovo de galinha grande (peso de 48 a 58 g), embalagem compra: em lâmina de papelão forte, inodoro e seco em caxilhos ou divisores celulares para 30 unidades	26.250	2.438	0	225	4	28.917
41	Kg	Pepino de primeira qualidade (extra aa)	8.250	251	0	37	0	8.538
42	Kg	Pêra da variedade Williams ou Portuguesa ou d'Anjou ou Packhams ou Red Bartlett ou Winter), entre 100 e 150 gramas cada unidade	15.000	1.065	0	112	7	16.184
43	Kg	Pêssego de primeira qualidade com peso médio de 70 a 120g cada	3.000	1.028	0	75	7	4.110
44	Kg	Pimentão verde de primeira qualidade (extra a)	1.500	278	0	15	0	1.793
45	Kg	Pinhão	750	195	0	0	0	945
46	Kg	Rabanete, sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio e uniforme, sem manchas, lesões ou sujidades	1.500	22	0	0	0	1.522
47	Kg	Repolho verde de primeira qualidade (extra) em unidades com peso médio de aproximadamente 2 kg	3.750	330	0	0	0	4.080
48	Kg	Tangerina ponkan de primeira qualidade (tipo a)	11.250	1.073	0	122	0	12.445



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

49	Kg	Tomate salada de primeira qualidade (extra aa) grande, com 60% de maturação	12.750	1.785	0	113	0	14.648
50	Kg	Uva niagara nacional de primeira qualidade, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio ou transporte	2.250	1.447	0	75	7	3.779
51	Kg	Vagem macarrão ou manteiga, de primeira qualidade (extra AA)	1.125	375	0	0	0	1.500

**LOTE II - HORTIFRUTIGRANJEIROS - COTA ME/EPP**

1	Kg	Abacate comum de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	750	15	0	0	0	765
2	Kg	Abacaxi de primeira qualidade, embalagem compra em unidade pesando 2kg cada. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	4.000	187	0	38	3	4.228
3	Kg	Abóbora menina de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	250	120	0	10	0	380
4	Kg	Abóbora seca madura de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	250	12	0	0	0	262
5	Kg	Abobrinha de primeira qualidade (extra aa). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.500	152	0	12	0	1.664
6	Kg	Acelga de primeira qualidade com maços de aproximadamente 2kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.000	47	0	0	0	1.047
7	Kg	Agrião de primeira qualidade em maço. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	375	40	0	0	0	415
8	Kg	Aipim toleto descascado de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	250	112	0	0	0	362
9	Kg	Alface crespa de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.750	107	0	0	0	1.857
10	Kg	Alho grão do tipo comum, fisiologicamente desenvolvido, com bulbos curados, sem chocamento, danos mecânicos ou causados por pragas. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.500	73	0	4	0	1.577
11	Kg	Banana caturra de 1° qualidade, em pencas com 60 a 70% de maturação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	20.000	3.100	50	500	0	23.650
12	Kg	Banana prata de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	0	174	0	75	3	252
13	Kg	Batata lavada, classe II (entre 42 e 70 mm), categoria extra. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	5.500	257	0	5	0	5.762
14	Kg	Batata doce de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	750	120	0	5	0	875
15	Kg	Batata salsa de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.000	72	0	5	0	1.077
16	Kg	Berinjela comum de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	500	50	0	0	0	550
17	Kg	Beterraba, classe extra A (50 a 90 mm) de qualidade superior, tamanho médio. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	5.500	220	0	37	0	5.757
18	Kg	Brócolis de primeira qualidade (extra aa) SEM CAULE E FOLHAS. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.500	155	0	15	0	1.670



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

19	Kg	Caqui de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	2.250	175	0	25	3	2.453
20	Kg	Cebola graúda fisiologicamente desenvolvida, não brotada, sem danos fisiológicos ou mecânicos e firme. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	3.000	211	0	25	1	3.237
21	Kg	Cenoura de primeira qualidade (extra aa). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	4.500	260	0	75	0	4.835
22	Kg	Cheiro verde de primeira qualidade, em maços de 500 gramas cada. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.000	55	0	4	1	1.060
23	Kg	Chuchu de primeira qualidade (extra aa). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	5.500	152	0	0	0	5.652
24	Kg	Couve manteiga de primeira qualidade. Embalagem compra em maço. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.000	82	0	0	0	1.082
25	Kg	Couve-flor de primeira qualidade SEM CAULE E FOLHAS. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	750	126	0	0	0	876
26	Kg	Escarola de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	250	52	0	0	0	302
27	Kg	Espinafre, em maço. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	375	70	0	0	0	445
28	Kg	Goiaba vermelha in natura, sem sujidades, parasitas e larvas, apresentando grau de maturação que permita sua manipulação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	0	75	0	0	0	75
29	Kg	Inhame de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	750	40	0	0	0	790
30	Kg	Laranja lima de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	0	712	0	75	3	790
31	Kg	Laranja pera de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	6.750	1.425	0	250	3	8.428
32	Kg	Limão verde de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	500	240	0	37	1	778
33	Kg	Maçã gala ou fugi de primeira qualidade, categoria extra, classe 180 (80 a 104g cada unidade) ou classe 165 - (105 a 114 g cada unidade). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	22.000	887	0	100	0	22.987
34	Kg	Mamão formosa de primeira qualidade, fresco com 80% de maturação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	14.000	677	0	375	3	15.055
35	Kg	Manga Tommy de primeira qualidade com 80% de maturação, sem fibras. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	8.000	525	0	75	3	8.603
36	Kg	Melancia de primeira qualidade, tipo a, unidades com peso aproximado de 7kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	4.500	570	0	63	5	5.138
37	Kg	Melão amarelo de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	4.000	550	0	75	3	4.628
38	Unid.	Milho verde em espiga de primeira qualidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.300	245	0	0	0	1.545
39	Kg	Morango de primeira em bandeja de até 500g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	500	252	0	25	3	780
40	Dúzia	Ovo de galinha grande (peso de 48 a 58 g), embalagem compra: em lâmina de papelão forte, inodoro e seco em caxilhos ou divisores celulares para 30 unidades. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	8.750	812	0	75	1	9.638
41	Kg	Pepino de primeira qualidade (extra aa). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	2.750	84	0	13	0	2.847



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

42	Kg	Pêra da variedade Williams ou Portuguesa ou d'Anjou ou Packhams ou Red Bartlett ou Winter), entre 100 e 150 gramas cada unidade. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	5.000	355	0	38	3	5.396
43	Kg	Pêssego de primeira qualidade com peso médio de 70 a 120g cada. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.000	342	0	25	3	1.370
44	Kg	Pimentão verde de primeira qualidade (extra a).COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	500	92	0	5	0	597
45	Kg	Pinhão. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	250	65	0	0	0	315
46	Kg	Rabanete, sem folhas, de primeira qualidade, tamanho médio e uniforme, sem manchas, lesões ou sujidades. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	500	8	0	0	0	508
47	Kg	Repolho verde de primeira qualidade (extra) em unidades com peso médio de aproximadamente 2 kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.250	110	0	0	0	1.360
48	Kg	Tangerina ponkan de primeira qualidade (tipo a). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	3.750	357	0	28	0	4.135
49	Kg	Tomate salada de primeira qualidade (extra aa) grande, com 60% de maturação. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	4.250	595	0	37	0	4.882
50	Kg	Uva niagara nacional de primeira qualidade, sem danos físicos ou mecânicos causados pelo manuseio ou transporte. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	750	483	0	25	3	1.261
51	Kg	Vagem macarrão ou manteiga, de primeira qualidade (extra AA). COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	375	125	0	0	0	500

**LOTE III- CARNES SUÍNAS**

1	Kg	Carne suína sem osso resfriada, pernil em cubos de 30g cada, extra limpos. Embalagem compra: em saco de polietileno transparente de até 1kg	12.000	776	0	0	0	12.776
---	----	---	--------	-----	---	---	---	--------

**LOTE IV- CARNES SUÍNAS (COTA ME e MPP)**

1	Kg	Carne suína sem osso resfriada, pernil em cubos de 30g cada, extra limpos. Embalagem compra: em saco de polietileno transparente de até 1kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	4.000	259	0	0	0	4.259
---	----	--	-------	-----	---	---	---	-------

**LOTE V – IOGURTES**

1	Unid.	Alimento elaborado a partir de iogurte ou leite fermentado com polpa ou pedaços de fruta, sem adição de açúcar, com consistência cremosa, em pote de polietileno de 90 a 100g.	0	9.615	0	150	75	9.840
2	Unid.	logurte com polpa de frutas sabor morango em pote de polietileno de 90g	0	14.925	0	4.500	225	19.650
3	Unid.	logurte natural integral, sem adição de açúcares, sem corantes, sem conservantes, apenas com leite e fermento lácteo, em pote de aproximadamente 170g	3.750	4.125	0	150	0	8.025
4	Unid.	logurte zero lactose com polpa de frutas em pote de polietileno de no mínimo 90g	0	937	0	150	0	1.087



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

**LOTE VI – IOGURTES (COTA ME e MPP)**

1	Unid.	Alimento elaborado a partir de iogurte ou leite fermentado com polpa ou pedaços de fruta, sem adição de açúcar, com consistência cremosa, em pote de polietileno de 90 a 100g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	0	3.205	0	50	25	3.280
2	Unid.	Iogurte com polpa de frutas sabor morango em pote de polietileno de 90g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	0	4.975	0	1.500	75	6.550
3	Unid.	Iogurte natural integral, sem adição de açúcares, sem corantes, sem conservantes, apenas com leite e fermento lácteo, em pote de aproximadamente 170g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.250	1.375	0	50	0	2.675
4	Unid.	Iogurte zero lactose com polpa de frutas em pote de polietileno de no mínimo 90g. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	0	313	0	50	0	363

**LOTE VII– PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO**

1	Kg	Pão de hambúrguer, sem gergelim. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado	1.500	0	0	0	7	1.507
2	Kg	Pão tipo hot dog 25g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado.	15.000	3.450	0	750	15	19.215
3	Kg	Pão tipo hot dog 50g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado.	3.000	8.475	0	1.500	22	12.997

**LOTE VIII– PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO (COTA ME e EPP)**

1	Kg	Pão de hambúrguer, sem gergelim. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	500	0	0	0	3	503
2	Kg	Pão tipo hot dog 25g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	5.000	1.150	0	250	5	6.405
3	Kg	Pão tipo hot dog 50g, sem leite na composição. Embalagem compra: em saco de polietileno vedado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	1.000	2.825	0	500	8	4.333

**LOTE IX - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO SEM GLUTEN**

1	Pct	Bolo sem glúten em embalagem de polietileno de aproximadamente 200g.	80	320	0	80	20	500
2	Pct	Pão de forma sem glúten em embalagem de polietileno de aproximadamente 500g.	120	270	0	25	0	415

**LOTE X – MASSAS RESFRIADAS**

1	Kg	Massa para lasanha, resfriada, separadas por filme plástico uma a uma, tendo formato retangular. Embalagem compra: saco de polietileno com peso líquido entre 400g e 500g	0	190	0	0	0	190
2	Kg	Massa para pastel, resfriada, separadas por filme plástico uma a uma, tendo formato redondo. Embalagem compra: saco de polietileno com peso líquido de 400g contendo 20 unidades de massa com 20g cada	0	990	0	240	0	1.230



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

**LOTE XI - CARNES DE FRANGO**

1	Kg	Coxa e sobrecoxa de frango congelado	6.000	1.575	0	0	0	7.575
2	Kg	Filezinho de peito de frango (sassami) congelado, cortado em postas de 60g a 80g cada. Embalagem compra de 1kg	0	1.129	0	97	0	1.226
3	Kg	Peito de frango congelado, sem pele e sem osso	26.250	1.432	0	127	0	27.809

**XII - CARNES DE FRANGO (COTA ME e EPP)**

1	Kg	Coxa e sobrecoxa de frango congelado. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	2.000	525	0	0	0	2.525
2	Kg	Filezinho de peito de frango (sassami) congelado, cortado em postas de 60g a 80g cada. Embalagem compra de 1kg. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	0	376	0	33	0	409
3	Kg	Peito de frango congelado, sem pele e sem osso. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	8.750	478	0	43	0	9.271

**3.1. Estimativa de gastos e periodicidade**

A estimativa de gastos é conforme tabela do item anterior com os quantitativos.

A periodicidade será semanalmente.

**3.2. Quantidade ou estimativa mínima de gastos**

A quantidade será conforme demanda de cada Secretaria.

**3.3. Quantidade ou estimativa máxima de gastos**

A quantidade será conforme demanda de cada Secretaria.

**3.4. Histórico de quantitativos dos últimos anos**

Houve anteriormente os seguintes pregões para esse objeto: PE 109/2022, PE 78/2023 e PE 88/2024, conforme relatórios abaixo.

Lote: 1 - 1 - HORTIFRUTIGRANJEIROS - GERAL		
Item	Produto	Unidade
1	14178 - ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG
2	19847 - ABACAXI DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COMPRA EM UNIDADE PESANDO 2KG CADA	KG
3	803277 - ABÓBORA MENINA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG
4	792 - ABOBRINHA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG
5	793 - ACELGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM MAÇOS DE APROXIMADAMENTE 2KG	KG
6	12801 - AGRIÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE EM MAÇO	KG

Licitação: Pregão 109 / 2022	
Quantidades	
Licitada	Comprada
4.249,00	29,00
11.730,00	10.148,00
525,00	160,00
4.253,00	3.347,00
2.588,00	1.795,00
938,00	329,50

Licitação: Pregão 78 / 2023	
Quantidades	
Licitada	Comprada
574,00	19,00
12.072,00	5.628,00
593,00	143,00
4.365,00	1.352,00
2.663,00	432,00
957,00	157,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

7	803278 - AIPIM TOLETO DESCASCADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	525,00	182,00	1.193,00	62,00
8	794 - ALFACE CRESPA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	5.010,00	3.014,00	5.123,00	403,00
9	796 - ALHO GRAÚDO DO TIPO COMUM, FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDO, COM BULBOS CURADOS, SEM CHOCAMENTO, DANOS MECÂNICOS OU CAUSADOS POR PRAGAS	KG	3.945,00	3.664,50	3.964,00	2.333,50
10	797 - BANANA CATURRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM PENCAS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO	KG	46.875,00	33.601,00	57.525,00	27.696,00
11	800890 - BANANA PRATA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	7.245,00	168,00	7.493,00	136,00
12	798 - BATATA BENEFICIADA LISA, ESPECIAL DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	12.705,00	9.850,00	13.613,00	3.934,00
13	803279 - BATATA DOCE BRANCA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA)	KG	2.025,00	109,00	600,00	34,00
14	800 - BATATA SALSA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	4.140,00	524,00	3.432,00	171,30
15	801 - BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	15.263,00	10.003,00	17.014,00	3.191,00
16	802 - BRÓCOLIS DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	5.198,00	4.255,00	5.363,00	170,40
17	803 - CAQUI DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	8.483,00	5.151,00	7.950,00	3.377,00
18	804 - CEBOLA GRAÚDA FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDA, NÃO BROTADA, SEM DANOS FISIOLÓGICOS OU MECÂNICOS E FIRMES	KG	7.350,00	7.008,00	8.183,00	2.408,00
19	805 - CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	13.515,00	9.912,00	14.787,00	2.987,00
20	21653 - CHEIRO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM MAÇOS DE 500 GRAMAS CADA	MAÇO	5.565,00	5.294,00	2.805,00	973,40
21	807 - CHUCHU DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	16.054,00	12.038,00	16.176,00	3.417,00
22	808 - COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM/MAÇO	KG	2.633,00	627,00	2.652,00	92,47
23	809 - COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	2.963,00	1.557,00	3.075,00	496,00
24	14179 - ESCAROLA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	1.275,00	59,00	1.564,00	50,50
25	810 - ESPINAFRE, EM MAÇO	KG	1.320,00	170,00	1.429,00	40,30
26	28650 - LARANJA LIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	6.638,00	168,00	6.518,00	222,00
27	811 - LARANJA PÊRA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	23.483,00	15.688,02	28.733,00	6.107,00
28	14181 - LIMÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	4.305,00	299,50	2.340,00	106,50
29	26582 - MAÇÃ GALA OU FUGI DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1, CLASSE 150 (115 A 126G CADA UNIDADE)	KG	48.960,00	44.526,00	57.510,00	22.250,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

30	814 - MAMÃO FORMOSA DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO COM 80% DE MATURAÇÃO	KG	55.935,00	33.712,00	50.393,00	9.566,00
31	12803 - MANGA TOMMY DE PRIMEIRA QUALIDADE COM 80% DE MATURAÇÃO SEM FIBRAS	KG	24.443,00	20.740,00	24.818,00	6.658,00
32	817 - MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO A, UNIDADES COM PESO APROXIMADO DE 7KG	KG	21.233,00	12.216,00	18.045,00	5.166,00
33	64488 - MELÃO AMARELO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	13.718,00	11.712,00	14.093,00	3.695,00
34	795726 - MILHO VERDE EM ESPIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE	UN	3.645,00	155,00	2.535,00	220,00
35	54727 - MORANGO DE PRIMEIRA EM BANDEJA DE ATÉ 500G	KG	2.558,00	283,50	1.444,00	331,00
36	22623 - OVO DE GALINHA GRANDE (PESO ENTRE 60 E 70G) EMBALAGEM COMPRA: EM LÂMINA DE PAPELÃO FORTE, INODORO E SECO EM CAIXILHOS OU DIVISORES CELULARES PARA 30 UNIDADES	DÚZIA	25.733,00	20.591,00	27.180,00	10.376,00
37	818 - PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	8.033,00	6.019,50	8.880,00	3.055,00
38	26583 - PÊRA PACKS IMPORTADA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1 COM PESO ENTRE 150 A 170G CADA.	KG	10.440,00	9.729,00	13.778,00	5.413,00
39	54728 - PÊSSEGO DE PRIMEIRA QUALIDADE COM PESO MÉDIO DE 70 A 120G CADA	KG	3.462,00	2.730,00	4.114,00	0,00
40	803280 - PIMENTÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA A)	KG	263,00	126,00	304,00	17,50
41	54328 - PINHÃO	KG	1.043,00	5,00	327,00	0,00
42	820 - REPOLHO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA) EM UNIDADE COM PESO MÉDIO DE APROXIMADAMENTE 2 KG	KG	3.578,00	2.684,00	3.612,00	434,00
43	821 - TANGERINA PONKAN DE PRIMEIRA QUALIDADE (TIPO A)	KG	11.085,00	4.854,00	10.643,00	203,00
44	22629 - TOMATE SALADA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)GRANDE, COM 60% DE MATURAÇÃO	KG	13.418,00	9.392,00	13.129,00	3.853,00
45	18311 - UVA NIÁGARA NACIONAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DANOS FÍSICOS OU MECÂNICOS CAUSADOS PELO MANUSEIO OU TRANSPORTE	KG	2.813,00	353,00	3.825,00	596,00
46	793920 - VAGEM MACARRÃO OU MANTEIGA, DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	2.280,00	219,00	1.632,00	64,00
47	807582 - BERINGELA COMUM DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	458,00	67,00	533,00	8,00



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

48		807583 - INHAME DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	600,00	24,00	702,00	0,00
<b>Lote: 2 - LOTE 2 - HORTIFRUTIGRANJEIROS - COTA ME/EPP</b>				<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
Item	Produto	Unidade	Quantidades		Quantidades		
			Licitada	Comprada	Licitada	Comprada	
49	803624 - ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14. -  ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.416,00	0,00	191,00	20,00	
50	803625 - ABACAXI DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COMPRA EM UNIDADE PESANDO 2KG CADA, COTA PARA ME E EPP LEI 147/14.	KG	3.910,00	3.559,00	4.023,00	4.006,69	
51	803626 - ABÓBORA MENINA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	175,00	44,00	197,00	137,70	
52	803627 - ABOBRINHA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA) , COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.417,00	433,00	1.455,00	1.324,90	
53	803628 - ACELGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM MAÇOS DE APROXIMADAMENTE 2KG, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	862,00	102,00	887,00	878,00	
54	803629 - AGRIÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE EM MAÇO, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	312,00	10,00	318,00	284,00	
55	803630 - AIPIM TOLETO DESCASCADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	175,00	76,00	397,00	133,00	
56	803631 - ALFACE CRESPA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.670,00	112,00	1.707,00	1.571,00	
57	803632 - ALHO GRAÚDO DO TIPO COMUM, FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDO, COM BULBOS CURADOS, SEM CHOCAMENTO, DANOS MECÂNICOS OU CAUSADOS POR PRAGAS. COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	1.315,00	1.146,00	1.321,00	1.299,30	
58	803633 - BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE, EM PENCAS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO. COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	15.625,00	12.379,00	19.175,00	17.819,50	
59	803634 - BANANA PRATA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.415,00	0,00	2.497,00	61,00	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

60	803635 - BATATA BENEFICIADA LISA, ESPECIAL DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	4.235,00	532,00	4.537,00	4.537,00
61	803636 - BATATA DOCE BRANCA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	675,00	39,00	200,00	34,00
62	803637 - BATATA SALSA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.380,00	97,00	1.143,00	485,00
63	803638 - BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	5.087,00	231,00	5.671,00	5.594,00
64	803639 - BRÓCOLIS DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.732,00	38,00	1.787,00	1.585,97
65	803640 - CAQUI DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.827,00	0,00	2.650,00	2.406,10
66	803641 - CEBOLA GRAÚDA FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDA, NÃO BROTADA, SEM DANOS FISIOLÓGICOS OU MECÂNICOS E FIRMES, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.450,00	328,50	2.727,00	2.657,00
67	803642 - CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA) E, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	4.505,00	657,50	4.928,00	4.212,25
68	803643 - CHEIRO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM MAÇOS DE 500 GRAMAS CADA, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	MAÇO	1.855,00	255,00	935,00	918,30
69	803644 - CHUCHU DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	5.351,00	961,00	5.391,00	5.136,00
70	803645 - COUVE MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM MAÇO. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	877,00	50,00	883,00	857,00
71	803646 - COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	987,00	0,00	1.025,00	839,00
72	803647 - ESCAROLA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	425,00	0,00	521,00	265,00
73	803648 - ESPINAFRE EM MAÇO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	440,00	4,00	476,00	116,60
74	803649 - LARANJA LIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.212,00	170,00	2.172,00	174,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

75	803650 - LARANJA PERA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	7.827,00	5.989,00	9.577,00	8.968,00
76	803651 - LIMÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.435,00	122,00	780,00	172,95
77	803652 - MAÇÃ GALA OU FUJI DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1, CLASSE 150 (115 A 126 G CADA UNIDADE), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	16.320,00	4.093,00	19.170,00	18.666,50
78	803683 - MAMÃO FORMOSA DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO COM 80% DE MATURAÇÃO. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	18.645,00	2.193,00	16.797,00	14.704,70
79	803653 - MANGA TOMMY DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM 80% DE MATURAÇÃO SEM FIBRAS. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	8.147,00	6.030,00	8.272,00	7.749,00
80	803654 - MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE TIPO A, UNIDADE COM PESO APROXIMADO DE 7 KG, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	7.077,00	540,00	6.015,00	5.263,00
81	803655 - MELÃO AMARELO DE PRIMEIRA QUALIDADE COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	4.572,00	1.329,99	4.697,00	4.462,00
82	803656 - MILHO VERDE EM ESPIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	UN	1.215,00	0,00	845,00	19,00
83	803657 - MORANGO DE PRIMEIRA EM BANDEJA DE ATÉ 500G, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	852,00	275,00	481,00	278,50
84	803658 - OVO DE GALINHA GRANDE (PESO ENTRE 60 E 70G) EMBALAGEM COMPRA: EM LÂMINA DE PAPELÃO FORTE, INODORO E SECO EM CAIXILHOS OU DIVISORES CELULARES PARA 30 UNIDADES COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	DÚZIA	8.577,00	6.833,00	9.060,00	8.489,50
85	803659 - PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.677,00	2.375,00	2.960,00	2.914,00
86	803660 - PÊRA PACKS IMPORTADA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1 COM PESO ENTRE 150 A 170G CADA, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	3.480,00	3.129,00	4.592,00	4.113,00
87	803661 - PÊSSEGO DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM PESO MÉDIO DE 70 A 120G CADA COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.153,00	791,00	1.371,00	1.020,80



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

88	803662 - PIMENTÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	87,00	16,00	101,00	68,00
89	803663 - PINHÃO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	347,00	8,00	108,00	0,00
90	803664 - REPOLHO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA) EM UNIDADE COM PESO MÉDIO DE APROXIMADAMENTE 2KG, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.192,00	427,00	1.204,00	1.136,00
91	803665 - TANGERINA PONKAN DE PRIMEIRA QUALIDADE (TIPO A) COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	3.695,00	245,00	3.547,00	3.113,70
92	803666 - TOMATE SALADA DE PRIMEIRA QUALIDADE ( EXTRA AA) GRANDE COM 60% DE MATURAÇÃO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	4.472,00	3.280,00	4.376,00	4.299,00
93	803667 - UVA NIÁGARA NACIONAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DANOS FÍSICOS OU MECÂNICOS CAUSADOS PELO MANUSEIO OU TRANSPORTE COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	937,00	314,00	1.275,00	807,00
94	803668 - VAGEM MACARRÃO OU MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA) COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	760,00	0,00	543,00	114,00
95	807732 - BERINGELA COMUM DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	KG	152,00	20,00	177,00	20,00
96	807733 - INHAME DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	KG	200,00	8,00	233,00	0,00
<b>Lote: 3 - LOTE 3 - CARNES DE FRANGO</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>
97	50129 - COXA E SOBRECOPA DE FRANGO CONGELADO	KG	7.913,00	5.504,00	7.935,00	3.284,00
98	65653 - FILEZINHO DE PEITO DE FRANGO (SASSAMI) CONGELADO, CORTADO EM POSTAS DE 60G A 80G CADA. EMBALAGEM COMPRA DE 1KG	KG	2.715,00	238,00	1.428,00	87,00
99	50130 - PEITO DE FRANGO CONGELADO, SEM PELE E SEM OSSO	KG	24.210,00	22.583,00	28.875,00	8.414,00
<b>Lote: 4 - LOTE 4 - CARNES DE FRANGO - COTA ME/EPP</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

100	803669 - COXA E SOBRECOPA DE FRANGO CONGELADO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.637,00	75,00	2.645,00	2.229,00
101	803670 - FILEZINHO DE PEITO DE FRANGO (SASSAMI) CONGELADO CORTADO EM POSTAS DE 60G A 80G CADA, EMBALAGEM COMPRA DE 1KG, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	905,00	60,00	477,00	239,00
102	803671 - PEITO DE FRANGO CONGELADO SEM PELE E SEM OSSO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	8.070,00	1.708,00	9.625,00	9.272,00
<b>Lote: 5 - LOTE 5 - CARNES SUÍNAS</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>
103	795284 - CARNE SUÍNA SEM OSSO RESFRIADA, PERNIL EM CUBOS DE 30G CADA, EXTRA LIMPOS. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE DE ATÉ 1KG	KG	5.550,00	5.232,00	8.703,00	5.993,00
<b>Lote: 6 - LOTE 6 - CARNES SUÍNAS - COTA ME/EPP</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>
104	803672 - CARNE SUÍNA SEM OSSO RESFRIADA, PERNIL EM CUBOS DE 30G CADA, EXTRA LIMPOS. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO TRANSPARENTE DE ATÉ 1 KG. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.850,00	1.560,00	2.902,00	4.837,00
<b>Lote: 7 - LOTE 7 - CARNES DE PEIXE</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>
105	62738 - FILE DE TILÁPIA SEM ESPINHO CONGELADA EM SACO TRANSPARENTE.	KG	7.875,00	1.069,00	1.653,00	0,00
<b>Lote: 8 - LOTE 8 - CARNES DE PEIXE - COTA ME/EPP</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>
106	803673 - FILÉ DE TILÁPIA SEM ESPINHO CONGELADA EM SACO TRANSPARENTE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.625,00	90,00	552,00	274,00
<b>Lote: 9 - LOTE 9 - EMBUTIDOS</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

Item	Produto	Unidade
107	23837 - SALSICHA TIPO VIENA, EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADO DE ATÉ 3KG	KG
108	14155 - PRESUNTO FATIADO. EMBALAGEM COMPRA: SACO DE POLIETILENO VEDADO COM 500G CADA	KG
109	23836 - LINGUIÇA DE FRANGO, EMBALAGEM COMPRA EM SACO DE POLIETILENO VEDADO	KG
<b>Lote: 10 - LOTE 10 - EMBUTIDOS - COTA ME/EPP</b>		
Item	Produto	Unidade
110	803690 - SALSICHA TIPO VIENA, EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADA DE ATÉ 3KG COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG
111	803691 - PRESUNTO FATIADO. EMBALAGEM COMPRA: SACO DE POLIETILENO VEDADO COM 500G CADA COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG
112	803692 - LINGUIÇA DE FRANGO, EMBALAGEM COMPRA EM SACO DE POLIETILENO VEDADO DE 1KG COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG
<b>Lote: 11 - LOTE 11 - MANTEIGA E QUEIJO</b>		
Item	Produto	Unidade
113	800892 - MANTEIGA EXTRA SEM SAL. EMBALAGEM COMPRA: EM POTE PLÁSTICO DE ATÉ 500G	KG
114	842 - QUEIJO MUSSARELA FATIADO. DISTRIBUIÇÃO: EM SACO DE POLIETILENO VEDADO DE 500G	KG
<b>Lote: 12 - LOTE 12 - MANTEIGA E QUEIJO - COTA ME/EPP</b>		
Item	Produto	Unidade
115	803674 - MANTEIGA EXTRA SEM SAL, EMBALAGEM DE COMPRA EM POTE PLÁSTICO DE ATÉ 500G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG

Quantidades	
Licitada	Comprada
1.346,00	134,00
3.000,00	508,50
1.125,00	124,00
<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>	
Quantidades	
Licitada	Comprada
448,00	155,00
1.000,00	553,00
375,00	102,00
<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>	
Quantidades	
Licitada	Comprada
4.253,00	3.045,40
3.000,00	765,00
<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>	
Quantidades	
Licitada	Comprada
1.417,00	156,00

Quantidades	
Licitada	Comprada
780,00	79,00
3.565,00	689,25
1.173,00	0,00
<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
Quantidades	
Licitada	Comprada
260,00	128,12
1.189,00	706,50
392,00	180,00
<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
Quantidades	
Licitada	Comprada
4.291,00	1.312,07
4.203,00	328,50
<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
Quantidades	
Licitada	Comprada
1.431,00	2.532,10



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

Item	Produto	Unidade	Licitada	Comprada	Licitada	Comprada
116	803675 - QUEIJO MUSSARELA FATIADO DISTRIBUIÇÃO EM SAO DE POLIETILENO VEDADO DE 500G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.000,00	441,00	1.401,00	1.039,55
<b>Lote: 13 - LOTE 13 - IOGURTES</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
			<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>
117	62741 - IOGURTE COM POLPA DE FRUTA SABOR MORANGO EM POTE DE POLIETILENO DE 90 GR.	UN	45.450,00	4.026,00	20.550,00	7.510,00
118	800893 - IOGURTE ZERO LACTOSE COM POLPA DE FRUTAS EM POTE DE POLIETILENO DE NO MÍNIMO 90G	UN	638,00	0,00	397,00	0,00
119	57220 - ALIMENTO ELABORADO A PARTIR DE IOGURTE OU LEITE FERMENTADO COM POLPA OU PEDAÇOS DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, COM CONSISTÊNCIA CREMOSA, EM POTE DE POLIETILENO DE 90 A 100G.	UN	10.590,00	0,00	12.690,00	0,00
120	800894 - IOGURTE NATURAL INTEGRAL. POTE DE 170G.	UN	7.725,00	175,00	6.225,00	0,00
<b>Lote: 14 - LOTE 14 - IOGURTES - COTA ME/EPP</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
			<b>Quantidades</b>		<b>Quantidades</b>	
			<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>	<b>Licitada</b>	<b>Comprada</b>
121	803677 - IOGURTE COM POLPA DE FRUTAS SABOR MORANGO EM POTE DE POLIETILENO DE 90GR, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	UN	15.150,00	6.520,00	6.850,00	9.238,00
122	803678 - IOGURTE ZERO LACTOSE COM POLPA DE FRUTAS, EM POTE DE POLIETILENO DE NO MÍNIMO 90G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	UN	212,00	0,00	133,00	0,00
123	803679 - ALIMENTO ELABORADO A PARTIR DE IOGURTE OU LEITE FERMENTADO COM POLPA OU PEDAÇOS DE FRUTA, SEM ADIÇÃO DE AÇÚCAR, COM CONSISTÊNCIA CREMOSA, EM POTE DE POLIETILENO DE 90 A 100G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	UN	3.530,00	0,00	4.230,00	0,00
124	803680 - IOGURTE NATURAL INTEGRAL POTE DE 170G COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14. - IOGURTE NATURAL INTEGRAL POTE DE 170G COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	UN	2.575,00	90,00	2.075,00	0,00
<b>Lote: 15 - LOTE 15 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

Item	Produto	Unidade	Quantidades		Quantidades	
			Licitada	Comprada	Licitada	Comprada
125	795285 - PÃO TIPO HOT DOG 25G, SEM LEITE NA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADO	KG	12.000,00	11.102,00	16.575,00	10.913,00
126	795286 - PÃO TIPO HOT DOG 50G, SEM LEITE NA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADO	KG	11.145,00	2.568,00	12.862,00	3.882,00
<b>Lote: 16 - LOTE 16 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO - COTA ME/EPP</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
Item	Produto	Unidade	Quantidades		Quantidades	
			Licitada	Comprada	Licitada	Comprada
127	803681 - PÃO TIPO HOT DOG 25G SEM LEITE NA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	4.000,00	752,00	5.525,00	8.019,00
128	803682 - PÃO PARA HOT DOG 50G, SEM LEITE, NA COMPOSIÇÃO. EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADO COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	3.715,00	1.275,00	4.288,00	5.435,00
<b>Lote: 17 - LOTE 17 - PRODUTOS DE PANIFICAÇÃO SEM GLÚTEN</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
Item	Produto	Unidade	Quantidades		Quantidades	
			Licitada	Comprada	Licitada	Comprada
129	800895 - BOLO SEM GLÚTEN EM EMBALAGEM DE POLIETILENO DE APROXIMADAMENTE 200G.	PCT	X	X	285,00	53,00
130	55439 - PÃO DE FORMA SEM GLÚTEN EM EMBALAGEM DE POLIETILENO DE APROXIMADAMENTE 500 G.	PCT	X	X	510,00	110,00
<b>Lote: 18 - LOTE 18 - MASSAS RESFRIADAS</b>			<b>Licitação: Pregão 109 / 2022</b>		<b>Licitação: Pregão 78 / 2023</b>	
Item	Produto	Unidade	Quantidades		Quantidades	
			Licitada	Comprada	Licitada	Comprada
131	14171 - MASSA PARA LASANHA, RESFRIADA, SEPARADAS POR FILME PLÁSTICO UMA A UMA, TENDO FORMATO RETANGULAR. EMBALAGEM COMPRA: SACO DE POLIETILENO COM PESO LÍQUIDO ENTRE 400G E 500G	KG	450,00	77,00	550,00	55,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

132	20082 - MASSA PARA PASTEL, RESFRIADA, SEPARADAS POR FILME PLÁSTICO UMA A UMA, TENDO FORMATO REDONDO. EMBALAGEM COMPRA:SACO DE POLIETILENO COM PESO LÍQUIDO DE400G CONTENDO 20 UNIDADES DE MASSA COM 20G CADA	KG	1.020,00	316,40	1.330,00	251,20
-----	--	----	----------	--------	----------	--------

Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024				
Lote: 1 - Lote 1 - HORTIFRUTIGRANJEIROS				
Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
1,00	14178 - ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	2.689,00	0,00
2,00	19847 - ABACAXI DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COMPRA EM UNIDADE PESANDO 2KG CADA	KG	13.542,00	6.295,00
3,00	803277 - ABÓBORA MENINA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	1.268,00	19,00
4,00	819575 - ABÓBORA SECA MADURA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	3.000,00	0,00
5,00	792 - ABOBRINHA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	5.108,00	1.164,00
6,00	793 - ACELGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM MAÇOS DE APROXIMADAMENTE 2KG	KG	3.345,00	209,00
7,00	12801 - AGRIÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE EM MAÇO	KG	1.380,00	20,00
8,00	803278 - AIPIM TOLETO DESCASCADO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	2.723,00	0,00
9,00	794 - ALFACE CRESPA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	5.805,00	1.622,00
10,00	796 - ALHO GRAÚDO DO TIPO COMUM, FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDO, COM BULBOS CURADOS, SEM CHOCAMENTO, DANOS MECÂNICOS OU CAUSADOS POR PRAGAS	KG	4.731,00	3.012,50
11,00	797 - BANANA CATURRA DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM PENCAS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO	KG	86.963,00	11.680,00
12,00	800890 - BANANA PRATA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	5.813,00	41,00
13,00	798 - BATATA BENEFICIADA LISA, ESPECIAL DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	17.723,00	2.613,00
14,00	819577 - BATATA DOCE DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	2.768,00	565,00
15,00	800 - BATATA SALSA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	3.319,00	66,00
16,00	807582 - BERINGELA COMUM DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	1.973,00	0,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

17,00	801 - BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	18.323,00	2.774,00
18,00	802 - BRÓCOLIS DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	5.299,00	1.028,00
19,00	803 - CAQUI DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	7.868,00	2.352,00
20,00	804 - CEBOLA GRAÚDA FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDA, NÃO BROTADA, SEM DANOS FISIOLÓGICOS OU MECÂNICOS E FIRMES	KG	9.604,00	3.126,00
21,00	805 - CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	16.170,00	3.964,00
22,00	21653 - CHEIRO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM MAÇOS DE 500 GRAMAS CADA	KG	3.180,00	1.128,00
23,00	807 - CHUCHU DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	17.424,00	4.969,00
24,00	808 - COUVE MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE EMBALAGEM/MAÇO	KG	3.394,00	24,00
25,00	809 - COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	3.019,00	24,00
26,00	14179 - ESCAROLA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	1.467,00	100,00
27,00	810 - ESPINAFRE, EM MAÇO	KG	1.744,00	0,00
28,00	807583 - INHAME DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	2.877,00	0,00
29,00	28650 - LARANJA LIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	4.875,00	75,00
30,00	811 - LARANJA PÊRA DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	29.145,00	5.952,00
31,00	14181 - LIMÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	2.903,00	4,00
32,00	26582 - MAÇÃ GALA OU FUGI DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1, CLASSE 150 (115 A 126G CADA UNIDADE)	KG	70.748,00	22.013,00
33,00	814 - MAMÃO FORMOSA DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO COM 80% DE MATURAÇÃO	KG	46.635,00	13.382,00
34,00	12803 - MANGA TOMMY DE PRIMEIRA QUALIDADE COM 80% DE MATURAÇÃO SEM FIBRAS	KG	25.988,00	11.513,00
35,00	817 - MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE, TIPO A, UNIDADES COM PESO APROXIMADO DE 7KG	KG	16.170,00	9.510,00
36,00	64488 - MELÃO AMARELO DE PRIMEIRA QUALIDADE	KG	13.872,00	7.105,00
37,00	795726 - MILHO VERDE EM ESPIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE	UN	6.075,00	0,00
38,00	54727 - MORANGO DE PRIMEIRA EM BANDEJA DE ATÉ 500G	KG	2.547,00	0,00
39,00	22623 - OVO DE GALINHA GRANDE (PESO ENTRE 60 E 70G) EMBALAGEM COMPRA: EM LÂMINA DE PAPELÃO FORTE, INODORO E SECO EM CAIXILHOS OU DIVISORES CELULARES PARA 30 UNIDADES	DÚZIA	29.798,00	17.504,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

40,00	818 - PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	8.835,00	4.303,00
41,00	26583 - PÊRA PACKS IMPORTADA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1 COM PESO ENTRE 150 A 170G CADA.	KG	16.620,00	10.110,00
42,00	54728 - PÊSSEGO DE PRIMEIRA QUALIDADE COM PESO MÉDIO DE 70 A 120G CADA	KG	4.399,00	651,00
43,00	803280 - PIMENTÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA A)	KG	1.767,00	0,00
44,00	54328 - PINHÃO	KG	1.028,00	516,00
45,00	819579 - RABANETE, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME, SEM MANCHAS, LESÕES OU SUJIDADES	KG	1.500,00	0,00
46,00	820 - REPOLHO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA) EM UNIDADE COM PESO MÉDIO DE APROXIMADAMENTE 2 KG	KG	4.245,00	454,00
47,00	821 - TANGERINA PONKAN DE PRIMEIRA QUALIDADE (TIPO A)	KG	12.870,00	0,00
48,00	22629 - TOMATE SALADA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)GRANDE, COM 60% DE MATURAÇÃO	KG	15.300,00	5.954,00
49	18311 - UVA NIÁGARA NACIONAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DANOS FÍSICOS OU MECÂNICOS CAUSADOS PELO MANUSEIO OU TRANSPORTE	KG	3.837,00	137,00
50	793920 - VAGEM MACARRÃO OU MANTEIGA, DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA)	KG	1.917,00	15,00

Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024

Lote: 2 - Lote 2 - HORTIFRUTIGRANJEIROS - COTA ME/EPP

Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
51,00	803624 - ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14. - ABACATE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	896,00	2,00
52,00	803625 - ABACAXI DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM COMPRA EM UNIDADE PESANDO 2KG CADA, COTA PARA ME E EPP LEI 147/14.	KG	4.513,00	4.331,00
53,00	803626 - ABÓBORA MENINA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	422,00	84,50
54,00	819576 - ABÓBORA SECA MADURA DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.000,00	10,00
55,00	803627 - ABOBRINHA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA) , COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.702,00	1.588,00
56,00	803628 - ACELGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COM MAÇOS DE APROXIMADAMENTE 2KG, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	1.115,00	1.022,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

57,00	803629 - AGRIÃO DE PRIMEIRA QUALIDADE EM MAÇO, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	460,00	413,00
58,00	803630 - AIPIM TOLETO DESCASCADO DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	907,00	56,00
59,00	803631 - ALFACE CRESPA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.935,00	1.838,00
60,00	803632 - ALHO GRAÚDO DO TIPO COMUM, FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDO, COM BULBOS CURADOS, SEM CHOCAMENTO, DANOS MECÂNICOS OU CAUSADOS POR PRAGAS. COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	1.577,00	1.558,70
61,00	803633 - BANANA CATURRA DE 1ª QUALIDADE, EM PENCAS COM 60 A 70% DE MATURAÇÃO. COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	28.987,00	26.075,00
62,00	803634 - BANANA PRATA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.937,00	63,00
63,00	803635 - BATATA BENEFICIADA LISA, ESPECIAL DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	5.907,00	5.781,00
64,00	819578 - BATATA DOCE DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	922,00	776,00
65,00	803637 - BATATA SALSA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.106,00	384,00
66,00	807732 - BERINGELA COMUM DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	KG	657,00	428,00
67,00	803638 - BETERRABA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	6.107,00	5.601,00
68,00	803639 - BRÓCOLIS DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.766,00	1.586,00
69,00	803640 - CAQUI DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.622,00	2.250,00
70,00	803641 - CEBOLA GRAÚDA FISIOLÓGICAMENTE DESENVOLVIDA, NÃO BROTADA, SEM DANOS FISIOLÓGICOS OU MECÂNICOS E FIRMES, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	3.201,00	3.158,00
71,00	803642 - CENOURA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA) E, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	5.390,00	4.635,00
72,00	803643 - CHEIRO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, EM MAÇOS DE 500 GRAMAS CADA, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.060,00	1.036,20
73,00	803644 - CHUCHU DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	5.808,00	5.587,00
74,00	803645 - COUVE MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE, EMBALAGEM MAÇO. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.131,00	637,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

75,00	803646 - COUVE-FLOR DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP, CONF LEI 147/14.	KG	1.006,00	155,00
76,00	803647 - ESCAROLA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	488,00	265,00
77,00	803648 - ESPINAFRE EM MAÇO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	581,00	95,00
78,00	807733 - INHAME DE PRIMEIRA QUALIDADE. COTA PARA ME E EPP CONF. LEI 147/14	KG	958,00	38,00
79,00	803649 - LARANJA LIMA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.625,00	75,00
80,00	803650 - LARANJA PERA DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	9.715,00	8.067,00
81,00	803651 - LIMÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	967,00	181,00
82,00	803652 - MAÇÃ GALA OU FUJI DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1, CLASSE 150 (115 A 126 G CADA UNIDADE), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	23.582,00	22.989,00
83,00	803683 - MAMÃO FORMOSA DE PRIMEIRA QUALIDADE, FRESCO COM 80% DE MATURAÇÃO. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	15.545,00	14.417,00
84,00	803653 - MANGA TOMMY DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM 80% DE MATURAÇÃO SEM FIBRAS. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	8.662,00	8.230,00
85,00	803654 - MELANCIA DE PRIMEIRA QUALIDADE TIPO A, UNIDADE COM PESO APROXIMADO DE 7 KG, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	5.390,00	4.600,00
86,00	803655 - MELÃO AMARELO DE PRIMEIRA QUALIDADE COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	4.623,00	4.496,00
87,00	803656 - MILHO VERDE EM ESPIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	UN	2.025,00	0,00
88,00	803657 - MORANGO DE PRIMEIRA EM BANDEJA DE ATÉ 500G, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	848,00	142,88
89,00	803658 - OVO DE GALINHA GRANDE (PESO ENTRE 60 E 70G) EMBALAGEM COMPRA: EM LÂMINA DE PAPELÃO FORTE, INODORO E SECO EM CAIXILHOS OU DIVISORES CELULARES PARA 30 UNIDADES COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	DÚZIA	9.932,00	9.231,50
90,00	803659 - PEPINO DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA), COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.945,00	2.816,00
91,00	803660 - PÊRA PACKS IMPORTADA DE PRIMEIRA QUALIDADE, CATEGORIA 1 COM PESO ENTRE 150 A 170G CADA, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	5.540,00	5.185,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

92,00	803661 - PÊSSEGO DE PRIMEIRA QUALIDADE, COM PESO MÉDIO DE 70 A 120G CADA COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.466,00	1.123,20
93,00	803662 - PIMENTÃO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	588,00	111,00
94,00	803663 - PINHÃO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	342,00	250,00
95,00	819580 - RABANETE, SEM FOLHAS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, TAMANHO MÉDIO E UNIFORME, SEM MANCHAS, LESÕES OU SUJIDADES. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	500,00	170,00
96,00	803664 - REPOLHO VERDE DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA) EM UNIDADE COM PESO MÉDIO DE APROXIMADAMENTE 2KG, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.415,00	1.370,00
97	803665 - TANGERINA PONKAN DE PRIMEIRA QUALIDADE (TIPO A) COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	4.290,00	170,80
98	803666 - TOMATE SALADA DE PRIMEIRA QUALIDADE ( EXTRA AA) GRANDE COM 60% DE MATURAÇÃO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	5.100,00	4.572,00
99	803667 - UVA NIÁGARA NACIONAL DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM DANOS FÍSICOS OU MECÂNICOS CAUSADOS PELO MANUSEIO OU TRANSPORTE COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.278,00	1.029,00
100	803668 - VAGEM MACARRÃO OU MANTEIGA DE PRIMEIRA QUALIDADE (EXTRA AA) COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	638,00	119,00

Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024

Lote: 3 - Lote 3 - Carnes de Frango

Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
101	50129 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO	KG	7.538,00	3.120,00
102	65653 - FILEZINHO DE PEITO DE FRANGO (SASSAMI) CONGELADO, CORTADO EM POSTAS DE 60G A 80G CADA. EMBALAGEM COMPRA DE 1KG	KG	1.174,00	0,00
103	50130 - PEITO DE FRANGO CONGELADO, SEM PELE E SEM OSSO	KG	33.023,00	13.032,00

Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024

Lote: 4 - Lote 4 - Carnes de Frango COTA ME/EPP

Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
104	803669 - COXA E SOBRECOXA DE FRANGO CONGELADO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	2.512,00	2.316,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

105	803670 - FILEZINHO DE PEITO DE FRANGO (SASSAMI) CONGELADO CORTADO EM POSTAS DE 60G A 80G CADA, EMBALAGEM COMPRA DE 1KG, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	391,00	216,00
106	803671 - PEITO DE FRANGO CONGELADO SEM PELE E SEM OSSO, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	11.007,00	10.843,00
<b>Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024</b>				
<b>Lote: 5 - Lote 5 - Carnes de Peixe</b>				
Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
107	62738 - FILE DE TILÁPIA SEM ESPINHO CONGELADA EM SACO TRANSPARENTE.	KG	2.550,00	0,00
<b>Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024</b>				
<b>Lote: 6 - Lote 6 - Carnes de Peixe COTA ME/EPP</b>				
Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
108	803673 - FILÉ DE TILÁPIA SEM ESPINHO CONGELADA EM SACO TRANSPARENTE, COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	850,00	222,00
<b>Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024</b>				
<b>Lote: 7 - Lote 7 - Embutidos</b>				
Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
109	819581 - LINGUIÇA DE FRANGO, EMBALAGEM COMPRA EM SACO DE POLIETILENO VEDADO COM ATÉ 1KG	KG	848,00	0,00
110,00	819583 - PRESUNTO FATIADO. EMBALAGEM COMPRA: SACO DE POLIETILENO VEDADO COM ATÉ 500G	KG	3.120,00	97,00
111	23837 - SALSICHA TIPO VIENA, EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADO DE ATÉ 3KG	KG	758,00	0,00
<b>Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024</b>				
<b>Lote: 8 - Lote 8 - Embutidos - COTA ME/EPP</b>				
Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
112,00	819582 - LINGUIÇA DE FRANGO, EMBALAGEM COMPRA EM SACO DE POLIETILENO VEDADO COM ATÉ 1KG. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	282,00	52,00
113,00	819584 - PRESUNTO FATIADO. EMBALAGEM COMPRA: SACO DE POLIETILENO VEDADO COM ATÉ 500G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.040,00	672,00
114	803690 - SALSICHA TIPO VIENA, EMBALAGEM COMPRA: EM SACO DE POLIETILENO VEDADA DE ATÉ 3KG COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	252,00	51,00



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024				
Lote: 9 - Lote 9 - Manteiga e Queijo				
Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
115,00	800892 - MANTEIGA EXTRA SEM SAL. EMBALAGEM COMPRA: EM POTE PLÁSTICO DE ATÉ 500G	KG	4.759,00	153,00
116,00	819585 - MANTEIGA ZERO LACTOSE. EMBALAGEM COMPRA DE ATÉ 200G	KG	225,00	0,00
117	819587 - QUEIJO MUSSARELA FATIADO. EMBALAGEM COMPRA: SACO DE POLIETILENO VEDADO COM ATÉ 500G	KG	3.383,00	0,00
Licitação: Pregão Eletrônico 88 / 2024				
Lote: 10 - Lote 10 - Manteiga e Queijo COTA ME/EPP				
Item	Produto	Unidade	Quantidades	
			Licitada	Comprada
118,00	803674 - MANTEIGA EXTRA SEM SAL. EMBALAGEM DE COMPRA EM POTE PLÁSTICO DE ATÉ 500G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.586,00	1.355,80
119	819586 - MANTEIGA ZERO LACTOSE. EMBALAGEM COMPRA DE ATÉ 200G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	75,00	13,00
120	819588 - QUEIJO MUSSARELA FATIADO. EMBALAGEM COMPRA: SACO DE POLIETILENO VEDADO COM ATÉ 500G. COTA PARA ME E EPP CONF LEI 147/14.	KG	1.127,00	457,00

\*Fonte Relatório de Detalhes do Registro de Preços - IPM

<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1j7faeNCP1Ya6zkQKjdwMXuXQQgnbNe96/edit?gid=30766060#gid=30766060>  
[https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Zfah51TZUr0ad\\_a-32BsV\\_PYL6tSvkzI/edit?gid=1999647762#gid=1999647762](https://docs.google.com/spreadsheets/d/1Zfah51TZUr0ad_a-32BsV_PYL6tSvkzI/edit?gid=1999647762#gid=1999647762)  
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1HS0Rar-P821voqLty6vIkZJzUyynkmrx/edit?gid=1188672714#gid=1188672714>

A respeito dos relatórios acima citados, convém informar:

- O Pregão 88/2024 está vigente até 12/08/2025, podendo as quantidades acima compradas sofrerem alterações até a publicação do edital.
- Houve inclusão de itens e alteração nas quantidades de 2022 até o presente processo, devido às novas necessidades apresentadas. O que deve ser levado em consideração no momento de análise das tabelas.
- A aquisição se dá conforme a necessidade das Unidades Municipais de Ensino e demais secretarias.

### 3.5. Quantidade inicial a ser adquirida

Não há estimativa da quantidade de itens que serão solicitados detalhadamente. A necessidade de aquisição está fundamentada no Estudo Técnico Preliminar e varia de acordo com a demanda, planejamento realizado pelos profissionais de cada secretaria e pela necessidade que aparece no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.



#### 4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme comprovante de cadastramento constante nos autos do processo.

4.2. A licitação para aquisição de Alimentos Perecíveis tem como objetivo atender as necessidades nutricionais, adequando e complementando os cardápios da alimentação escolar ao longo do ano letivo, de acordo com a quantidade de refeições servidas aos alunos da Rede Municipal de Ensino, sob a gestão da Secretaria Municipal de Educação (SEMED). Esta medida está em conformidade com a legislação vigente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Conforme a carga horária escolar, os alunos recebem diferentes quantidades de refeições: os matriculados em escolas de meio período recebem um lanche e uma entrada simples, enquanto aqueles que frequentam Centros de Educação Infantil e escolas de período integral recebem quatro refeições diárias durante o período letivo.

4.3. Para a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS), a aquisição de alimentos perecíveis é essencial para garantir a oferta contínua e adequada de refeições às unidades e serviços da política de assistência social do Município de Pinhais. O fornecimento regular destes insumos é indispensável para atender crianças e adolescentes acolhidos, pessoas em situação de rua e demais usuários dos serviços socioassistenciais, assegurando condições dignas de alimentação e contribuindo para a promoção da segurança alimentar e nutricional.

4.4. Para a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), a aquisição dos alimentos para o preparo dos lanches oferecidos aos pacientes atendidos no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS é essencial para garantir a manutenção das atividades terapêuticas e o bem-estar dos usuários. Muitos pacientes permanecem na unidade por longos períodos e, em diversos casos, encontram-se em situação de vulnerabilidade social, tendo a alimentação oferecida como um suporte fundamental à sua saúde e recuperação. Além disso, a oferta regular dos lanches contribui para a adesão ao tratamento, promovendo um ambiente acolhedor e favorecendo a participação nas atividades propostas. A preparação desses alimentos por meio da Cozinha Social assegura o controle de qualidade e o adequado planejamento nutricional, garantindo que os pacientes recebam refeições balanceadas e adequadas às suas necessidades.

4.5. Para a Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (SEMEL), os itens serão utilizados na Corrida de Natal de Pinhais pelos atletas participantes, de modo que estes obtenham reposição energética após a prática esportiva, que é muito divulgada e esperada pelos participantes.

4.6. Para o Pinhais Previdência (PP), os itens serão necessários para realização do Café da Primavera destinado aos aposentados e pensionistas, além de atender as recomendações do Pro Gestão no tocante à Educação Previdenciária.

4.7. A Secretaria Municipal de Obras Públicas (SEMOP) aderiu ao Plano de Contratações Anual (PCA), porém ao ser formalmente consultada optou por não indicar quantitativos para a presente demanda. Portanto, não participará do processo licitatório.

4.8. Portanto, é fundamental iniciar um novo processo de licitação. Isso se deve à necessidade de garantir uma Ata de Registro de Preços atualizada, a qual possibilitará a continuidade no fornecimento dos itens e a capacidade de responder às potenciais novas demandas de cada secretaria envolvida.



## **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

- 5.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 5.2. Identificada a necessidade de manter o fornecimento de alimentos, a solução proposta envolve a aquisição de “Alimentos Perecíveis”, Aquisição por Meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços e julgamento baseado no critério de Menor Preço por Lote.
- 5.3. Ciclo de vida do objeto: o presente objeto envolve diversas etapas desde a entrega até o consumo final ou descarte. As principais etapas desse ciclo são as seguintes:
- 5.4. Entrega/ Armazenamento/ Distribuição: Os alimentos perecíveis serão entregues e distribuídos nos locais indicados por cada secretaria em veículos apropriados que garantam a preservação das características originais dos alimentos. O armazenamento será feito em condições adequadas, com foco na qualidade e segurança alimentar. Isso inclui o uso de instalações com controle de temperatura, especialmente para itens que exigem refrigeração ou congelamento, garantindo a manutenção da temperatura ideal durante todo o transporte.
- 5.5. Preparação/Consumo: Os alimentos perecíveis seguirão os procedimentos de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, conforme RDC 216/2004.
- 5.6. Monitoramento de Segurança Alimentar: Em todas as etapas do ciclo de vida dos alimentos, são adotadas medidas de controle voltadas à segurança alimentar, assegurando sua qualidade e integridade. Essas medidas incluem o monitoramento de temperatura, práticas rigorosas de higiene e o cumprimento das normas sanitárias vigentes.
- 5.7. Descarte/ Eliminação: Os alimentos não consumidos e os resíduos gerados serão destinados à coleta de lixo e descartados em aterros sanitários ou por meio de compostagem. As embalagens dos alimentos serão separadas e encaminhadas para reciclagem.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

- 6.1. As entregas deverão ser realizadas semanalmente, conforme o cronograma anexado à Ordem de Fornecimento de cada Secretaria Municipal, respeitando as especificações técnicas gerais dos produtos, as condições de entrega e os locais de entrega.
- 6.2. Os produtos destinados à Secretaria Municipal de Educação (SEMED) deverão ser entregues semanalmente diretamente nos endereços das Unidades da Rede Municipal de Ensino. No entanto, antes de todas as entregas o fornecedor deverá passar inicialmente na Gerência de Alimentação e Nutrição Escolar (GEANE) localizada na SEMED, a partir das 8h até no máximo 9h, para verificação da qualidade dos produtos. Após essa verificação, os produtos serão entregues nas Unidades de Ensino listadas nos locais de entrega, bem como e outras que possam iniciar suas atividades durante o prazo de vigência da Ata. Os responsáveis pelo recebimento de gêneros alimentícios entregues nas Unidades de Ensino somente procederão à assinatura da guia de entrega após a verificação minuciosa de que a quantidade e as especificações dos produtos entregues correspondem integralmente ao que consta no referido documento. Após a finalização da entrega, o fornecedor entregará a nota fiscal e as guias de entrega assinadas para a Gerência de Alimentação e Nutrição Escolar.
- 6.3. As entregas nas Unidades de Ensino devem ocorrer das 08h às 12h e das 13h às 16h, nos dias e nas quantidades solicitadas na guia de entrega, conforme cronograma anexado à Ordem de Fornecimento. Os produtos dos lotes de HORTIFRUTIGRANJEIROS deverão ser entregues nas segundas-feiras ou no primeiro dia útil da semana além de algumas sextas-feiras, conforme especificado na Ordem de Fornecimento. Todos os produtos deverão ser entregues no



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

mesmo dia, sendo necessários 3 (três) veículos entregando simultaneamente em 3 (três) rotas distintas.

6.4. O fornecedor deve ter uma balança disponível para verificar o peso dos produtos no momento da entrega em cada Unidade de Ensino.

6.5. As entregas deverão ocorrer por funcionários devidamente uniformizados, utilizando jaleco, calçado fechado e protetor de cabelo (boné ou touca protetora), pois entrarão em áreas de manipulação de alimentos.

6.6. As entregas deverão ser feitas conforme normas estabelecidas pela Administração Pública.

6.7. Os gêneros perecíveis que necessitam de refrigeração deverão ser transportados em veículos apropriados, devidamente refrigerados e que possuam Licença Sanitária de Veículos. Se houver necessidade de troca de veículo durante as entregas, a SEMED deve ser informada, incluindo o motivo da substituição, e deve ser apresentada documentação que comprove a regularidade do novo veículo refrigerado.

6.8. Os produtos destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) e Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) deverão ser entregues semanalmente nos endereços, dias e horários anexados na Ordem de Fornecimento.

6.9. Os produtos destinados à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (SEMEL) e Pinhais Previdência deverão ser entregues no endereço, dia e horário anexados na Ordem de Fornecimento.

6.10. Locais de Entrega com endereço completo e responsáveis:

**6.10.1. Unidades de Ensino da SEMED:**

6.10.1.1. Gerência de Alimentação e Nutrição Escolar – Av. Iraí, 696 - Weissópolis - Responsável: Adriana Schlafner, Adriana Rosa Belloy e Fernanda Mattos Pierin

6.10.1.2. Escola Municipal Anísio Teixeira - Rua Dr. José Waldemar da Costa Lima, 86 – Atuba - Responsável: Andréa de Fátima de Quadros

6.10.1.3. Escola Municipal Antonio Alceu Zielonka - Rua Tibúrcio Gomes de Oliveira, 35 - Atuba - Responsável: Elaine de Lima Figueira

6.10.1.4. Escola Municipal Antônio Andrade - Rua João Mendes Batista, 430 – Maria Antonieta. - Responsável: Deborah Cristina Américo de Souza

6.10.1.5. Escola Municipal Aroldo de Freitas - Rua Pedro Fanor, 165 – Emiliano Pernetá - Responsável: Silvana dos Santos de Souza Rachid Martins

6.10.1.6. Escola Municipal Cândido Portinari - Rua Norberto Ribeiro da Mota, 117- Jd. Claudia - Responsável: Alessandra Taborda Gomes de Lima

6.10.1.7. Escola Municipal Chafic Smaka - Rua Nilo Peçanha, 76 – Jd. Amélia - Responsável: Vivian de Moraes Langame Eduardo

6.10.1.8. Escola Municipal Clementina Cruz - Rua Guilherme Weiss, 597 – Estância Pinhais - Responsável: Andréia Nacur Henrique

6.10.1.9. Escola Municipal Dona Maria Chalcoski - Rua América do Sul, 989 – Centro - Responsável: Luciane de Fatima Chyla

6.10.1.10. Escola Municipal Elis de Fátima Zem - Rua João Mendes Batista, 334 - Maria Antonieta - Responsável: Sílvia da Rocha Azevedo

6.10.1.11. Escola Municipal Felipe Zeni - Rua Corbélia, 329 – Alto Tarumã - Responsável: Luciane da Costa Silva de Souza

6.10.1.12. Escola Municipal Frei Egídio Carlotto - Rua Crescêncio Batista, 6151 - Atuba - Responsável: Patrícia Pereira da Silva

6.10.1.13. Escola Municipal Guilherme Ceolin - Rua Cassiano Ricardo, 834 – Vargem Grande - Responsável: Graziela Ferrari Belio



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 6.10.1.14. Escola Municipal João Leal - Rua Reinaldo Ribas, 520 - Atuba - Responsável: Joelma Ligeski Saldanha
- 6.10.1.15. Escola Municipal João Leopoldo Jacomel - Rua Rio Paraná, 518 – Weissópolis - Responsável: Márcia Edi Zaniol
- 6.10.1.16. Escola Municipal José Brunetti Gugelmin - Rua Malásia, 385 – Pineville - Responsável: Sara Regina de Amorim
- 6.10.1.17. Escola Municipal Lírio Jacomel - Rua Azaléia, 144 – Jd. Karla - Responsável: Giani Keserle da Costa Bento
- 6.10.1.18. Escola Municipal Maria Cappellari - Rua Augusto Trevisan, 176 – Maria Antonieta - Responsável: Jheniffer Araujo Coelho Ferreira
- 6.10.1.19. Escola Municipal Marins de Souza Santos - Avenida Juriti, 168 – Jd. Claudia - Responsável: Patrícia da Silva
- 6.10.1.20. Escola Municipal Odile Charlotte Bruinjé - Rua Luiz Vasselai, 224 - Jd. Claudia - Responsável: Poliana Reis Ribeiro
- 6.10.1.21. Escola Municipal Poty Lazzarotto - Rua das Palmeiras, 147 – Emiliano Pernetá - Responsável: Ana Caroline Schloegel Zacarias
- 6.10.1.22. Escola Municipal Profª Thereza Corrêa Machado - Rua Rio Ipiranga, 212 – Weissópolis - Responsável: Maria Cristina Custódio
- 6.10.1.23. Escola Municipal Severino Massignan - Rua Rio Solimões, 707 – Weissópolis - Responsável: Inês Kadlubiski Alves Cordeiro
- 6.10.1.24. Centro Municipal de Educação Infantil Aprendendo e Crescendo - Rua Floral, 100 - quadra 26 – Alto Tarumã - Responsável: Chrystiane Gotardelo
- 6.10.1.25. Centro Municipal de Educação Infantil Cora Coralina - Rua Juscelino Kubitschek, 261 – Jd. Amélia - Responsável: Flávia Petry Brenner
- 6.10.1.26. Centro Municipal de Educação Infantil Enedina Alves Marques - Rua Guilherme Weiss, 450 – Estância Pinhais - Responsável: Bárbara Augusto Pino Gomes
- 6.10.1.27. Centro Municipal de Educação Infantil Helena Kolody - Reinaldo Ribas, 859 – Atuba - Responsável: Gisele Aparecida de Oliveira
- 6.10.1.28. Centro Municipal de Educação Infantil Jane Ana - Rua Antônio Andrade, 100 – Maria Antonieta - Responsável: Janaina Chibinski
- 6.10.1.29. Centro Municipal de Educação Infantil Jaqueline Batista de Paula - Rua Calhandra, 1337 – Jd. Claudia - Responsável: Adriana Cristina Alves de Oliveira da Rosa
- 6.10.1.30. Centro Municipal de Educação Infantil João Batista Costa – Rua Cassiano Ricardo, 714 – Vargem Grande - Responsável: Susana Daniela Rodrigues Morais Gonçalves
- 6.10.1.31. Centro Municipal de Educação Infantil Marcelino Champagnat - Rua João Mendes Batista, 430 – Maria Antonieta - Responsável: Raquel Ildfonso Vieira Ryszka
- 6.10.1.32. Centro Municipal de Educação Infantil Milton Santos - Rua João Arantes Neto, 105 – Jd. Amélia - Responsável: Karla Luvizotto Maia de Freitas Guimarães
- 6.10.1.33. Centro Municipal de Educação Infantil Monteiro Lobato - Rua Paranaíba, 782 – Emiliano Pernetá - Responsável: Sonia Paloma de Oliveira Osik
- 6.10.1.34. Centro Municipal de Educação Infantil Pequeno Príncipe - Rua Jerônimo Mendes dos Santos, 464 – Maria Antonieta - Responsável: Denise Fernandes Rodrigues
- 6.10.1.35. Centro Municipal de Educação Infantil Perpétuo Socorro - Rua Crescêncio Batista, 414 – Atuba - Responsável: Cintia Mara Cardozo Konopka
- 6.10.1.36. Centro Municipal de Educação Infantil Preparando o Futuro - Rua Florindo Lindes, s/n - Jd. Amélia - Responsável: Maura Maria de Souza Faria Rodrigues
- 6.10.1.37. Centro Municipal de Educação Infantil Raimunda Boeng Gorges - Rua Rio Parapanema, 999 – Weissópolis - Responsável: Ana Michele dos Santos Ferreira



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 6.10.1.38. Centro Municipal de Educação Infantil Rosi Galvão - Rua Azaléia, 144 – Jd. Karla - Responsável: Marli Angeli Pedroso
- 6.10.1.39. Centro Municipal de Educação Infantil Tarsila do Amaral - Rua Cassiano Ricardo, 762 – Vargem Grande - Responsável: Solange Pereira Pêgo
- 6.10.1.40. Centro Municipal de Educação Infantil Tatiana Belinky - Rua Rio Negro, 180 – Weissópolis - Responsável: Juliana Fernanda Leal Correa
- 6.10.1.41. Centro Municipal de Educação Infantil Tia Marlene - Rua Rio Purus, 195 – Weissópolis - Responsável: Vanessa Souza Mohr dos Santos
- 6.10.1.42. Centro Municipal de Educação Infantil Vinicius de Moraes - Rua Rio Iguaçu, 277 – Weissópolis - Responsável: Paolla Cristine da Silva Lopes
- 6.10.1.43. Centro Municipal de Educação Infantil Vó Charlotte - Rua Manoel Lucas Evangelista, 245 – Atuba - Responsável: Elisangela Martins dos Reis Nascimento
- 6.10.1.44. Centro Municipal de Educação Infantil Vó Margarida - Rua Mário Marques Guimarães, 760 – Pineville - Responsável: Eloam Bonzatto Grechoniak
- 6.10.1.45. CAIC Marcelino Champagnat - Rua João Mendes Batista, 430 – Maria Antonieta - Responsável: Solange do Rocio dos Santos
- 6.10.1.46. Unidade de Educação Integral da Guilherme Ceolin - Rua Antártida, 758 - Centro - Responsável: Andrea Demeterco Quadros
- 6.10.2. SEMAS:**
- 6.10.2.1. Unidade de Estatal de Atendimento do SUAS - Rua Rosa Macarini, 530 - Emiliano Pernetá - Responsável: Aurora Harumi Abe - Contato: (41) 99197-0225
- 6.10.2.2. Unidade Estatal de Atendimento do SUAS - Rua Uniflor, 105 - Emiliano Pernetá - Responsável: Aurora Harumi Abe - Contato: (41) 99197-0225
- 6.10.2.3. Espaço de Convivência e Cidadania - ECC - Rua Floral, 2728 - Alto Tarumã - Responsável: Gabriel Ewen Provin - Contato: (41) 98872-1023 / (41) 99192-1368
- 6.10.2.4. Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS - Rua 25 de Dezembro, 363 - Estância Pinhais - Responsável: Letícia Leal Gomes - Contato:(41) 99233-0190
- 6.10.2.5. Cozinha Social - Rua Rio Tietê, 380 - Weissópolis - Responsável: Jaqueline Kusdra - Contato: (41) 99184-9084 / 99196-7111
- 6.10.3. SEMSA:**
- 6.10.3.1. Local de entrega será na Cozinha Social - Rua Rio Tietê 380 Weissópolis - Responsável: Jaqueline Kusdra - Contato: (41) 99196-7111
- 6.10.4. SEMEL:**
- 6.10.4.1. Ginásio Poliesportivo Tancredo de Almeida Neves - Rua Onze de Junho, 637 – Centro - Responsável: Fernanda Roseli dos Santos - Contato: (41) 99227-8003
- 6.10.5. PINHAIS PREVIDÊNCIA:**
- 6.10.5.1. Rua João Rodrigues de Oliveira 135B - Centro - Responsável: Daniel Valenga, Ramon Torres Zaleski ou Adriel - Contato: 41 99214-2107
- 6.11. A empresa contratada deverá garantir a melhor qualidade dos produtos, atendendo as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, em especial as normas da ABNT, INMETRO, MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, MINISTÉRIO DA SAÚDE e RESOLUÇÃO Nº 748/2014 DA SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.
- 6.12. A contratada deverá prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que seja necessária para a perfeita utilização dos mesmos.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 6.13. Os gêneros alimentícios deverão ser entregues rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Edital e seus anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa, com a aplicação das penalidades.
- 6.14. Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da detentora da ata, bem como o transporte de equipamentos, quando necessários para a descarga, serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus ao Município.
- 6.15. A empresa contratada deverá:
- 6.16. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes no presente instrumento e instruções do Edital de Licitação e seus anexos;
- 6.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Edital de Licitação, sem prévia e expressa anuência da Administração;
- 6.18. Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido;
- 6.19. Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade;
- 6.20. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada.
- 6.21. Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro (telefone, e-mail e endereço) atualizado perante o Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCE-PR.
- 6.22. Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.
- 6.23. Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.
- 6.24. Cumprir demais obrigações constantes no Edital de Licitação.
- 6.25. Da Logística Reversa
- 6.26. Não se aplica.
- 6.27. Sustentabilidade
- 6.28. Embora não se trate de atividade de alto impacto ambiental, é possível identificar potenciais efeitos indiretos, especialmente nos seguintes aspectos:
- 6.29. Geração de resíduos sólidos (embalagens): Orientar as unidades quanto ao descarte correto das embalagens, promovendo ações internas de separação e destinação de resíduos sólidos recicláveis;
- 6.30. Emissões relacionadas ao transporte do produto: Estabelecer cronograma de entregas racionalizado, com menor frequência possível, compatível com a capacidade de armazenamento das unidades;
- 6.31. O contratado deverá assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

6.32. Todos os itens, com exceção de frutas, legumes e verduras, devem estar embalados e rotulados conforme especificado nos descritivos, sendo preferencialmente feitos de material reciclável ou biodegradável.

6.33. Garantia do produto/serviço, manutenção e assistência técnica:

6.34. No momento da entrega, o responsável pelo recebimento poderá recusar os produtos quando não atenderem às especificações do Edital, devendo a Contratada entregá-los corretamente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

6.35. O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, mesmo após a verificação da qualidade e posterior entrega nos locais constantes na Ordem de Fornecimento, quando:

6.36. - Houver embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas, que possam expor o produto à contaminação ou deterioração;

6.37. - O produto não atender às legislações sanitárias em vigor, bem como outras normas referentes ao produto em questão;

6.38. - Forem encontrados produtos deteriorados ou inadequados para o consumo;

6.39. - O produto não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas estabelecidas no Edital de Licitação;

6.40. - O produto não apresentar condições adequadas quanto ao sabor, odor, cor e aspecto dentro do prazo de validade mesmo após o recebimento;

6.41. - O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas Especificações Técnicas gerais dos produtos.

6.42. O produto deve ser substituído no endereço em Pinhais onde for detectado o problema, conforme solicitação de cada secretaria.

6.43. No caso de suspeita quanto às especificações técnicas, à qualidade microbiológica ou às características físico-químicas dos produtos fornecidos, a Prefeitura de Pinhais poderá solicitar a análise laboratorial de 2 (duas) amostras — devidamente fechadas e lacradas, quando aplicável — selecionadas aleatoriamente do lote entregue, com o objetivo de verificar a conformidade com os padrões estabelecidos no Edital de Licitação. Caso o produto seja reprovado na análise, todo o lote remanescente será devolvido, e a CONTRATADA deverá realizar a reposição integral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação da irregularidade. Todos os custos relacionados ao envio das amostras e à realização das análises em laboratório credenciado serão de responsabilidade da CONTRATADA.

6.44. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

6.45. Não se aplica.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do decreto municipal 346/2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

7.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**7.6. Preposto**

7.6.1. Não se aplica.

**7.7. Fiscalização**

7.7.1. Caberá ao fiscal técnico do contrato, após designação formal, e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.7.2. Agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes;

7.7.3. Conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de todos os seus anexos, especialmente o projeto básico/termo de referência, além de eventuais aditivos e apostilamentos;

7.7.4. Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

7.7.5. Criar uma pasta para a inserção dos documentos pertinentes ao contrato e para a anotação das ocorrências sobre a fiscalização contratual;

7.7.6. Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

7.7.7. Expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

7.7.8. Avaliar e acompanhar, rotineiramente, a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues, verificando o atendimento das especificações contidas nos planos, projetos, planilhas, memoriais descritivos, especificações técnicas, projeto básico, termo de referência e na proposta, assim como os prazos de entrega/execução e de conclusão;

7.7.9. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

7.7.10. Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

7.7.11. Informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

7.7.12. Comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

7.7.13. Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela empresa contratada ou conforme disposto em contrato, se for o caso;

7.7.14. Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

7.7.15. Avaliar a presença de todos os profissionais, certificados e demais condições exigidos durante a execução contratual nos termos do que foi determinado pelo instrumento convocatório e/ou contrato;

7.7.16. Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento;



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 7.7.17. Certificar-se de que a contratada é quem executa o contrato, bem como de que não existe cessão ou subcontratação fora das hipóteses legais e previstas no contrato;
- 7.7.18. Atestar, em documento hábil, juntamente com o gestor de contratos, o fornecimento ou a entrega de bens e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado, recusando-os quando irregulares ou em desacordo com as condições estabelecidas;
- 7.7.19. Lavrar o recebimento provisório de modo detalhado, inclusive com o uso de ferramentas informatizadas, fotografias ou qualquer outro documento hábil para certificar a situação;
- 7.7.20. Comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil de no mínimo 90 (noventa) dias, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- 7.7.21. Participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial, caso existam;
- 7.7.22. Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- 7.7.23. Proceder às avaliações dos serviços executados pela empresa contratada, se for o caso;
- 7.7.24. Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- 7.7.25. Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, se for o caso;
- 7.7.26. Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços, se for o caso;
- 7.7.27. Receber designação e manter contato com o preposto da empresa contratada, e se for necessário, promover reuniões inaugurais, periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- 7.7.28. Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 7.7.29. Verificar a correta aplicação dos materiais e validade dos insumos entregues ou colocados na execução contratual;
- 7.7.30. Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- 7.7.31. Receber todos os documentos necessários, contratualmente estabelecidos, para a liquidação da despesa e encaminhá-los, juntamente com o documento fiscal, ao(s) gestor(es) do contrato que, após conferência, remeterá(ão) a documentação para o setor responsável pelo pagamento, em tempo hábil, de modo que o pagamento seja efetuado no prazo adequado;
- 7.7.32. Apresentar, periodicamente ou quando necessário, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução dos serviços ou dos bens entregues, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;
- 7.7.33. Atuar, com eficiência e celeridade, na solução dos problemas que porventura venham a ocorrer ao longo da execução contratual, encaminhando as questões que ultrapassarem sua competência ao(s) gestor(es) do contrato ou à autoridade competente;
- 7.7.34. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o(s) gestor(es) do contrato, prazo razoável para a medida saneadora;
- 7.7.35. Providenciar, exclusivamente por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico nos casos em que tenha dúvidas sobre a providência a ser adotada ou



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

necessidade de conhecimento técnico específico, assim como nas questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;

7.7.36. Indicar, expressamente, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados em razão da inexecução ou da má execução do contrato, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou do documento equivalente;

7.7.37. Comunicar ao(s) gestor(es) do contrato, formalmente e com antecedência, o afastamento das atividades de fiscalização para que, caso necessário, seja designado seu substituto;

7.7.38. Realizar o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico;

7.7.39. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada e analisar a documentação que antecede o pagamento, anotando os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.7.40. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da empresa contratada em sistema de gestão próprio do órgão ou entidade, quando couber, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), ou outro sistema de gestão que se faça necessário;

7.7.41. As atribuições necessárias correspondentes à fiscalização administrativa, quando não houver a segmentação entre fiscal técnico e fiscal administrativo;

7.7.42. Propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

7.7.43. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da empresa contratada e analisar a documentação que antecede o pagamento, anotando os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

7.7.44. Elaborar relatório final em conjunto com o gestor do contrato no qual contenha todas as ocorrências existentes durante a execução contratual, manifestação sobre o resultado útil do contrato se satisfatório ou não que foi pretendido inicialmente na fase de planejamento da contratação e possíveis críticas e sugestões para as futuras contratações;

7.7.45. Outras atividades compatíveis com a função.

7.7.45.1. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com os arts. 119 e 120 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.7.45.2. O representante da Administração anotará, de modo tempestivo e formal, em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

7.7.45.3. A pasta contendo a atuação do fiscal e do gestor do contrato com todos os documentos organizados deverá ser anexada no processo administrativo da contratação ou apensada, seja de modo físico ou via sistema informatizado próprio da Administração Municipal.

7.7.45.4. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na lei.

7.7.45.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, prazo de validade e forma de uso.

7.7.45.6. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, inclusive quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato.

7.7.45.7. Nos casos em que houver a necessidade de designação de fiscal setorial, caberá a ele, e nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, exercer as atribuições pertinentes ao fiscal técnico e ao fiscal administrativo quando não houver designação específica para este último.

**7.8. Gestor do Contrato**

7.8.1. Caberá ao gestor do contrato e ao gestor da ata de registro de preços, após designação formal, e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

7.8.1.1. Agir com transparência e observando, rigorosamente, os princípios legais e éticos em todos os atos de sua atuação;

7.8.1.2. Conhecer o inteiro teor de editais e de seus anexos, de atas de registro de preços, de instrumentos contratuais e de seus anexos, especialmente o projeto básico/termo de referência, além de eventuais termos aditivos e apostilamentos;

7.8.1.3. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;

7.8.1.4. Acompanhar a vigência do contrato e a execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, instruindo o processo com a documentação necessária;

7.8.1.5. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado, inclusive as ocorrências registradas e as medidas adotadas, informando à autoridade superior, se for o caso, aquelas que ultrapassarem a sua competência;

7.8.1.6. Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

7.8.1.7. Coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção dos contratos, dentre outros, e em consonância com a fiscalização quando for o caso;

7.8.1.8. Coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do(s) fiscal(is), quando houver;

7.8.1.9. Analisar e decidir os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

7.8.1.10. Conceder de ofício o reajuste em sentido estrito e analisar e decidir o pedido de repactuação;

7.8.1.11. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato, procedendo à instrução processual, inclusive controlando os limites aplicáveis, e encaminhando-o à autoridade superior para decisão;

7.8.1.12. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

7.8.1.13. Emitir documento comprobatório da avaliação de contratos administrativos realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

assumidas pela empresa contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

- 7.8.1.14. Realizar o recebimento definitivo do objeto;
- 7.8.1.15. Obter a formalização da designação do preposto perante a contratada;
- 7.8.1.16. Analisar notas/glosas escritas pelo(s) fiscal(is), a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados, informando-as ao setor financeiro;
- 7.8.1.17. Promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e à adequação da sua vigência e do seu valor;
- 7.8.1.18. Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando possível e nos prazos regulamentares;
- 7.8.1.19. Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, quando admitida;
- 7.8.1.20. Comunicar, com antecedência razoável, à autoridade competente, a proximidade do término do prazo do contrato, instruindo o processo, quando admitida a prorrogação, com os seguintes documentos:
  - 7.8.1.20.1. a manifestação de interesse da Administração Pública Municipal quanto à prorrogação do prazo, devidamente justificada;
  - 7.8.1.20.2. consulta à contratada, solicitando manifestação de interesse na referida prorrogação;
  - 7.8.1.20.3. resposta da contratada quanto ao interesse na prorrogação contratual;
  - 7.8.1.20.4. pesquisa de mercado, quando for o caso;
  - 7.8.1.20.5. documentação de comprovação de manutenção do preenchimento dos requisitos de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira;
- 7.8.1.21. Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos e os pedidos de prorrogação dos prazos de entrega e de execução do objeto;
- 7.8.1.22. Analisar pedidos de troca de marca, após análise do fiscal técnico sobre a vantajosidade técnica e econômica;
- 7.8.1.23. Providenciar, exclusivamente por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico nos casos em que tenha dúvidas sobre a providência a ser adotada ou a necessidade de conhecimento técnico específico, assim como nas questões que ultrapassem o âmbito de suas atribuições;
- 7.8.1.24. Apresentar à autoridade competente, quando solicitado, relatório circunstanciado de gestão do contrato;
- 7.8.1.25. Estabelecer reuniões periódicas estratégicas com a contratada, a fim de garantir a qualidade da execução do serviço ou a continuidade da entrega do bem, objetivando alcançar melhorias administrativas e a redução de custos
- 7.8.1.26. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso; e
- 7.8.1.27. Elaborar relatório final em conjunto com o fiscal do contrato no qual contenha todas as ocorrências existentes durante a execução contratual, manifestação sobre o resultado



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

útil do contrato se satisfatório ou não que foi pretendido inicialmente na fase de planejamento da contratação e possíveis críticas e sugestões para as futuras contratações;

7.8.1.28. Subscrever atestado de capacidade técnica quando solicitado pelo fornecedor, destacando sempre as principais ocorrências e de acordo com o contido no relatório parcial ou final de execução elaborado pelo fiscal do contrato;

7.8.1.29. Outras atividades compatíveis com a função.

**7.9. Ficam designados como gestor e fiscal da ata de registro de preço oriundo deste processo, os seguintes servidores:**

7.9.1. Ficam designados como gestor e fiscal da ata de registro de preço oriundo deste processo, os seguintes servidores:

7.9.2. Gestor: Indianara Benin, Gerência de orçamento e finanças, matrícula 782874-0, e-mail indianarab@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 99294-2092.

7.9.3. Fiscal: Adriana Schlafner, nutricionista, matrícula 705934-0, e-mail: schlafnera@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 97401-3620.

7.9.4. Fiscal suplente: Adriana Rosa Belloy, nutricionista, matrícula 755508-0, e-mail: adriana.belloy@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 97401-3620.

7.9.5. Fiscal Suplente: Fernanda Mattos Pierin, nutricionista, matrícula 809640-0, e-mail: fernanda.pierin@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 97401-3620.

7.9.6. Fiscal setorial (Secretarias Participantes):

7.9.6.1. Francielli de Paula Ceschin Caciatori, cargo: Nutricionista, matrícula: 584341-3, email: francielli.caciatori@pinhais.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)

7.9.6.2. Cleverson Luiz Ferreira, cargo: Auxiliar Administrativo, matrícula: 247449-2, email: cleverson.ferreira@pinhais.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)

7.9.6.3. Fernanda Roseli dos Santos, cargo: Educador Desportivo, matrícula 1368290, e-mail: fernanda.santos@pinhais.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (SEMEL)

7.9.6.4. Daniel Valenga, cargo: Assistente Administrativo, matrícula: 807036-0, email: daniel.valenga@pinhais.pr.gov.br - Pinhais Previdência (PP)

## **8. DO RECEBIMENTO**

8.1. O recebimento do objeto contratado ocorrerá da seguinte forma:

8.1.1. Provisoriamente, de forma sumária, pelo fiscal técnico ou fiscal técnico setorial, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;

8.1.2. Definitivamente, pelo fiscal e gestor ou por comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico, nos termos do art. 249 do decreto municipal 346/2023.

8.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo, nos termos do art. 249 do decreto municipal 346/2023.

8.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso,



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

8.6.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

8.6.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

8.6.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, nos termos do art. 249 do decreto municipal 346/2023.

8.6.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.6.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.7. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.8.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 249 do decreto municipal 346/2023.

8.8.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

8.8.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.8.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.8.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.10. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

8.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.



EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**  
**Proposta Comercial**

LOTE/GRUPO XX						
Item	Qtde.	Und.	Descritivo	Marca/Modelo (EXCLUIR NO CASO DE SERVIÇOS)	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
01	XX	XX	XX	XX	XX,XX	XX,XX
02	XX	XX	XX	XX	XX,XX	XX,XX
Valor Total R\$						XX,XX

\*\*\*OBS: Apresentar juntamente com a proposta documentos solicitados no item 10.24.2 do edital.

**Demais condições e especificações conforme o edital.**

- a) Se vencedora, na qualidade de representante legal, assinará a ata de registro de preços, o(a) Sr(a). **(nome completo)**, brasileiro(a), estado civil **(casado)**, profissão **(representante comercial)**, portador(a) da cédula de identidade RG nº **(número completo)**, inscrito(a) no CPF sob o nº **(número completo)**, residente e domiciliado(a) no **(endereço completo)**
- b) Para contato comercial: Responsável/Representante Legal (nome completo): xxxx, Telefone Fixo nº: (xx) xxxx-xxxx, Telefone Celular nº: (xx) xxxxx-xxxx, E-mail: xxxx@xxx.xxx.xx

**Pinhais, xx de xxxxxx de 202x**

---

**Nome do representante**  
**Razão Social da Empresa/Líder do Consórcio**  
**CNPJ**

Obs. A proposta poderá ser feita em folha timbrada com o nome da empresa.



EDITAL

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025

### ANEXO III

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE QUE NÃO POSSUI IMÓVEL

A Empresa (**nome completo da empresa**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº (**número completo**), inscrição estadual (**número completo**), com sede no (**endereço completo**), na pessoa do seu representante legal (**nome do sócio, diretor ou procurador**), brasileiro, (**casado**), (**empresário**), portador da cédula de identidade RG nº (**número completo**), inscrito no CPF sob o nº (**número completo**), residente e domiciliado no (**endereço completo**), nos termos do contrato social ou última alteração contratual (**citar o número da alteração**), declara, sob as penas da lei, que não possui imóvel em seu nome.

(LOCAL E DATA)

---

Nome do representante legal



**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**

**ANEXO IV**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO EMPRESA MEI/ME/EPP**

**Com referência ao PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**

A Empresa (**nome completo da empresa**), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº (**número completo**), com sede no (**endereço completo**), na pessoa do seu representante legal e/ou profissional contábil (**retirar esse trecho quando a licitação se enquadrar no item 7.2 do edital**) abaixo assinado, **DECLARA** sob as penas da lei que:

**1) Enquadramento Mei/Me/Epp: (retirar o item 2 quando a licitação se enquadrar no item 7.2 do edital)**

**a)** se enquadra na situação de (  ) **Microempreendedor Individual - MEI** ou (  ) **Microempresa - ME** ou (  ) **Pequeno Porte - EPP**, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

**b)** para fins de obtenção dos benefícios dispostos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebramos contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (§2º do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021).

**(LOCAL E DATA)**

\_\_\_\_\_  
(Identificação e Assinatura do Representante Legal e/ou Profissional Contábil) (**retirar esse trecho quando a licitação se enquadrar no item 7.2 do edital**)



EDITAL

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**

**ANEXO V**

**MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Ata de Registro de Preços nº xxx/202x  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Pinhais, Estado do Paraná, comparecem partes, justas e pactuadas, a saber: de um lado, na qualidade de gestora da ata, o **MUNICÍPIO DE PINHAIS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 95.423.000/0001-00, com Prefeitura Municipal de Pinhais, sediada na Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, nº 12.162, CEP: 83.323-410, Centro, Pinhais/PR, neste ato representado pela(o) Prefeita(o) Municipal, **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, inscrito(a) no CPF sob o nº **XXXXXX**, devidamente assistida(o) pelo(a) Secretário(a) Municipal de **XXXXX (secretário da secretaria que está gerenciando o processo)**, **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, inscrito(a) no CPF sob o nº **XXXXXX**, ambos(as) com o endereço profissional na sede do município, e de outro lado, na qualidade de detentora da ata de registro de preços, a empresa **XXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **XXXXXXX**, inscrição estadual **XXXX**, email **xx@xx**, com sede à **XXXXX**, nº **xxx**, Bairro **xxxx**, CEP **xxxx**, na cidade de **xxxx/PR**, neste ato representada por seu(sua) sócio administrador **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, inscrito(a) no CPF sob o nº **XXXXXX**, com endereço profissional na sede da empresa, resolve registrar os preços da empresa qualificada nesta ata, decorrente do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 044/2025**, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 346/2023 e demais legislações aplicáveis, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. OBJETO**

- 1.1 A presente ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de **Aquisição de Alimentos Perecíveis para Prefeitura Municipal de Pinhais e Pinhais Previdência**, devendo ser executada de acordo com as especificações do Edital de Licitação, Anexos e Proposta apresentada que faz parte integrante da presente ata independentemente de transcrição.
- 1.2 O regime de execução será por preço unitário.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

- 2.1 O valor total dos preços registrados na presente ata é de **R\$ xx.xxx,xx (POR EXTENSO)**.
- 2.2 No valor acima deverão estar computados todos os valores necessários para a execução do objeto, tais como tributos, encargos diretos e indiretos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas e tarifas, fretes, seguros, materiais, custos inerentes à aquisição, transporte e armazenamento e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 2.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao detentor da ata dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.
- 2.4 O(s) preço(s) registrado(s), as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, e demais condições ofertada na proposta são as que seguem: (

**\*TABELA DE ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS DO OBJETO\***

- 2.5 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como Anexo a esta Ata.

**3. SECRETARIA GERENCIADORA, ÓRGÃOS/SECRETARIAS PARTICIPANTES E FISCAIS E GESTOR**

- 3.1 A Secretaria gerenciadora da ata será a Secretaria Municipal de Educação.
- 3.2 As secretarias e órgãos participantes são: SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social, SEMSA - Secretaria Municipal de Saúde, SEMEL - Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer, PP - Pinhais Previdência.
- 3.3 **Gestor:** Indianara Benin, Gerência de orçamento e finanças, matrícula 782874-0, e-mail indianarab@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 99294-2092.
- 3.4 **Fiscal:**
- 3.4.1 Adriana Schlafner, nutricionista, matrícula 705934-0, e-mail: schlafnera@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 97401-3620.
- 3.4.2 Fiscal suplente: Adriana Rosa Belloy, nutricionista, matrícula 755508-0, e-mail: adriana.belloy@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 97401-3620.
- 3.4.3 Fiscal Suplente: Fernanda Mattos Pierin, nutricionista, matrícula 809640-0, e-mail: fernanda.pierin@edu.pinhais.pr.gov.br, telefone: (41) 97401-3620.
- 3.4.4 Fiscal setorial (Secretarias Participantes):
- 3.4.4.1 Francielli de Paula Ceschin Caciatori, cargo: Nutricionista, matrícula: 584341-3 , email: francielli.caciatori@pinhais.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS)
- 3.4.4.2 Cleverson Luiz Ferreira, cargo: Auxiliar Administrativo , matrícula: 247449-2, email: cleverson.ferreira@pinhais.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA)
- 3.4.4.3 Fernanda Roseli dos Santos, cargo: Educador Desportivo, matrícula 1368290, e-mail: fernanda.santos@pinhais.pr.gov.br - Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Lazer (SEMEL)
- 3.4.5 Daniel Valenga, cargo: Assistente Administrativo, matrícula: 807036-0, email: daniel.valenga@pinhais.pr.gov.br - Pinhais Previdência (PP)

**4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1 Não será admitida a adesão à atas de registro de preços do município de Pinhais por órgãos e entidades de outros municípios, conforme consta do Decreto Municipal nº 346/2023.
- 4.2 Demais condições conforme art. 197 do Decreto Municipal nº 346/2023.

**5. PRAZO DE VIGÊNCIA E FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 5.1 O prazo de vigência da presente ata é de **12 (doze) meses**, iniciando no dia **xx/xx/xxxx** e tendo por termo final o dia **xx/xx/xxxx**.
- 5.1.1 A ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.2 Quando da prorrogação da ata, ocorrerá o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
- 5.1.3 Esgotados os quantitativos ou previsão de gastos da ata de registro de preços antes do escoamento do seu prazo de vigência, a prorrogação poderá ser antecipada e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial.
- 5.1.4 O instrumento de contratação decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento.
- 5.2 A contratação com o fornecedor registrado na ata será formalizada pela secretaria / órgão interessada(o) por intermédio de nota de empenho de despesa ou ordem de execução de serviço ou outro instrumento hábil, conforme art. 95 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.
- 5.4 A Administração reserva o direito de contratar apenas o que lhe for necessário dos itens registrados, de acordo com a sua demanda, mesmo que inferior à estimativa de gastos estipulada ou superior à quantidade máxima ou estimativa de gastos mensais neste último caso o fornecedor tenha disponibilidade.

**6. CONDIÇÕES GERAIS DA ATA**

- 6.1 O modelo de gestão contratual será disciplinado pelos arts. 243 a 247 do Decreto Municipal nº 346/2023, e está detalhado no Anexo I do edital, o qual faz parte deste contrato independentemente de transcrição.
- 6.2 As condições gerais de execução, prazos, locais, recebimento do objeto e demais informações pertinentes estão detalhados no edital e seus anexos que fazem parte deste contrato independentemente de transcrição.
- 6.3 Atender aos demais critérios de execução contidos no edital e nesta ata.

**7. CADASTRO DE RESERVA**

- 7.1 Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 7.1.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário.
- 7.1.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que:
- 7.1.2.1 Aceitarem cotar os bens ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação.
- 7.1.2.2 Mantiverem sua proposta original.
- 7.1.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 7.2 O registro a que se refere o item 7.1.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 7.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 7.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 7.1.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 7.4.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidas no edital.
- 7.4.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 14.
- 7.5 O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 7.6 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 7.4 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 7.7 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 7.1.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 7.7.1 Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário.
- 7.7.2 Adjudicar e firmar a contratação nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 8. SUBCONTRATAÇÃO**
- 8.1 Não será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto.
- 9. REAJUSTE E REVISÃO DA ATA**
- 9.1 O(s) preço(s) registrado(s) na ata de registro de preços será(ão) reajustado(s) quando ocorrer o interregno de 12 (doze) meses a contar do orçamento a que se referir na licitação (data do orçamento estimado 23/05/2025), mediante a aplicação, pelo gestor da ata do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA na forma do art. 223 do Decreto Municipal nº 346/2023, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 9.1.1 O órgão gerenciador poderá consultar a possibilidade de o fornecedor registrado renunciar parcial ou totalmente o reajuste.
- 9.2 A ata de registro de preços poderá ser revisada para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a permanência do valor registrado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no instrumento convocatório.
- 9.2.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o gerenciador convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 9.2.1.1 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
- 9.2.1.2 Na hipótese prevista no subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
- 9.2.1.3 Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
- 9.2.1.4 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2.2 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
- 9.2.2.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação robusta e indique claramente os motivos de fato e de direito que geram o dever de revisão do preço registrado.
- 9.2.2.2 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 14.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável.
- 9.2.2.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do subitem anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 7.4.
- 9.2.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 14.5, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
- 9.2.2.5 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 9.2.2 e no item 9.2.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
- 9.2.2.6 O órgão gerenciador comunicará aos órgãos que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.
- 9.2.3 O órgão gerenciador avaliará o pedido de revisão e decidirá no prazo máximo de 45 dias úteis, observando os mesmos requisitos aplicáveis à revisão contratual definidos no Decreto Municipal nº 346/2023, em especial o art. 229 deste mesmo decreto.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

9.2.4 A falta de documentos ou informações indispensáveis à análise do pedido de revisão interrompem o prazo do subitem anterior, desde que o órgão gerenciador notifique expressamente o fornecedor e indique o que está faltando.

**10. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA**

10.1 Na prorrogação da ata de registro de preços, poderão ser integrados ao novo período os órgãos e entidades aderentes do município de Pinhais e seus respectivos quantitativos ou previsão de gastos, bem como os órgãos que manifestarem seu interesse em participar da ata de registro de preços até a data da prorrogação, desde que haja anuência do fornecedor registrado titular na ata de registro de preços.

10.2 Será admitido o remanejamento do saldo de quantidades ou previsão de gastos da ata de registro de preços entre os órgãos participantes, desde que informado e autorizado previamente pelo órgão gerenciador.

**11. OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA**

11.1 Executar o objeto, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta.

11.2 Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos produtos, de acordo com as especificações constantes da proposta e/ou instruções deste edital e seus anexos.

11.3 Reparar, corrigir, remover ou substituir os produtos que entregar, às suas expensas, no todo ou em parte, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido.

11.4 Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros, na execução da presente licitação, isentando o Município de toda e qualquer responsabilidade.

11.5 Fornecer e utilizar toda a competente e indispensável mão-de-obra habilitada para a execução do objeto da presente licitação, atendidas todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e previstas na legislação específica; encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada, nos termos do art. 121, da Lei nº 14.133/2021, com as alterações dela decorrentes.

11.6 Garantir a melhor qualidade dos produtos, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.

11.7 Custos relativos a deslocamento, para transporte do objeto licitado, serão por conta da detentora da ata, bem como o transporte de equipamentos (necessários à descarga), serão de responsabilidade da mesma, observadas as normas de segurança do trabalho e de trânsito, não cabendo nenhum ônus à Gestora da Ata.

11.8 A detentora da ata deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preços, ou outro instrumento equivalente, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital (art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/21).



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 11.9 Comunicar expressamente à Administração, a quem competirá deliberar a respeito, toda e qualquer discrepância entre as reais condições existentes e os elementos apresentados.
- 11.10 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal da ata de registro.
- 11.11 Repor, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer objeto da Administração e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.
- 11.12 Prestar à Administração, sempre que necessário, esclarecimentos sobre os produtos, fornecendo toda e qualquer orientação que seja necessária para a perfeita utilização dos mesmos.
- 11.13 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 11.14 Cumprir, durante todo o período de vigência da ata de registro, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação.
- 11.15 Responsabilizar-se pela manutenção do seu cadastro atualizado perante o Município, bem como pela tempestividade de suas certidões para fins de pagamento dentro do prazo de vigência, consoante regra preceituada pelo SIM-AM/TCE-PR.
- 11.16 **Cumprir demais obrigações constantes do Anexo I do Edital.**
12. **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 12.1 Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para a liquidação da despesa.
- 12.2 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.
- 12.3 Para os fins de liquidação, será observado o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, certificando-se do adimplemento da obrigação do contratado nos prazos e forma previstos no contrato ou instrumento equivalente.
- 12.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021 e quando os credores sejam microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa dentro dos limites do art. 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 123/2006, os prazos que trata os itens 12.1 e 12.2 serão reduzidos pela metade.
- 12.5 No caso de consórcios, o faturamento se dará nos termos do art. 124 do Decreto Municipal nº 346/2023.
- 12.6 Por ocasião dos pagamentos deverá ser apresentado:
- 12.6.1 Fatura discriminada, calculada em função dos produtos fornecidos, devidamente atestados pelo(s) Fiscal(ais) da ata de registro.
- 12.6.2 Além dos documentos acima mencionados, a detentora da ata deverá apresentar a documentação concernente à empresa, exigida **na Relação de Documentos Necessários à Liquidação e Pagamento, da Portaria Municipal nº 164/2021 (Anexo 4), da Secretaria Municipal de Finanças, e disponível no sítio <https://pinhais.atende.net/cidadao/pagina/legislacao-sefin>**, observada a classificação pertinente para cada caso (**compras, obras ou serviços**).



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 12.7 A gestora da ata quando do pagamento à detentora da ata procederá à retenção do Imposto de Renda (IR), nos termos estabelecidos no Decreto Municipal nº 147/23 e na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.
- 12.7.1 A detentora da ata deverá emitir as notas fiscais em observância às regras de retenção estabelecidas nas legislações mencionadas, sob pena de não aceitação pela gestora da ata.
- 12.8 O prazo para a liquidação ou pagamento poderá ser prorrogado em situação excepcional devidamente justificada ou suspenso quando a detentora da ata não apresentar todos os documentos previstos no instrumento convocatório e/ou na ata de registro.
- 12.9 O prazo para a solução, pela detentora da ata, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins de que trata os itens 12.1 e 12.4.
- 12.10 Na hipótese de estado de calamidade, caso fortuito ou força maior que impeça a liquidação ou o pagamento da despesa, o prazo para o pagamento será suspenso até a sua regularização, devendo ser mantida a posição da ordem cronológica que a despesa originalmente estava inscrita.
- 12.11 No caso de insuficiência de recursos financeiros disponíveis para quitação integral da obrigação, poderá haver pagamento parcial do crédito, permanecendo o saldo remanescente na mesma posição da ordem cronológica.
- 12.12 Após o prazo para pagamento e não tendo ocorrido, incidirá sobre o valor faturado cláusula de atualização monetária baseada na média aritmética simples do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), proporcional aos dias em atraso.
- 12.13 Previamente ao pagamento, a Administração verificará a manutenção das condições exigidas para a habilitação na licitação.
- 12.13.1 A eventual perda das condições de que trata este item não enseja, por si, retenção de pagamento pela Administração.
- 12.13.2 Verificadas quaisquer irregularidades que impeçam o pagamento, a Administração notificará o fornecedor detentor da ata para que regularize a sua situação.
- 12.13.3 A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em cancelamento da ata ou preço registrado, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.
- 12.13.4 É facultada a retenção dos créditos decorrentes da ata de registro, até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 12.14 Os preços propostos serão considerados fixos, ressalvadas as hipóteses de admissibilidade de reajuste previstos na Lei nº 14.133/21.
- 12.15 As despesas decorrentes do objeto deste edital correrão à conta da(s) **DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):**

Secretaria Municipal de Educação  
2025

05.001.0012.0366.0074.2056.33.90.32.05.00

05.001.0012.0361.0074.6005.33.90.32.05.00



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

05.001.0004.0122.0074.6006.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6007.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6013.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0367.0074.6014.33.90.32.05.00  
2026  
05.001.0012.0366.0074.2056.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0361.0074.6005.33.90.32.05.00  
05.001.0004.0122.0074.6006.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6007.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0365.0074.6013.33.90.32.05.00  
05.001.0012.0367.0074.6014.33.90.32.05.00

Secretaria Municipal de Assistência Social  
2025  
08.003.0008.0245.0118.2175.33.90.30.07.99

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer  
2025  
11.008.0027.0811.0083.2161.33.90.32.99.01

Secretaria Municipal de Saúde  
2025  
06.001.0010.0302.0094.2043.33.90.30.07.99  
06.001.0010.0302.00xx.2xxx.33.90.30.07.99

Pinhais Previdência  
2025  
17.001.0009.0122.0171.2050.33.90.30.07.99

12.16 As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município.

**13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

- 13.1 A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se refere o artigo 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21 e o Decreto Municipal nº 346/2023, será balizada pelas normas estabelecidas nesta ata e no edital.
- 13.2 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a detentora da ata que:
- 13.2.1 Der causa à inexecução parcial da ata de registro ou instrumento equivalente.
- 13.2.2 Der causa à inexecução parcial da ata de registro ou instrumento equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 13.2.3 Der causa à inexecução total da ata de registro ou instrumento equivalente.
- 13.2.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- 13.2.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução da ata de registro ou instrumento equivalente.
- 13.2.6 Praticar ato fraudulento na execução da ata de registro ou instrumento equivalente.



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 13.2.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 13.2.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 13.3 Serão aplicadas ao detentor da ata que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- 13.3.1 **Advertência**, quando o detentor da ata der causa à inexecução parcial da ata de registro ou instrumento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.3.2 **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.2.2, 13.2.3 e 13.2.4 desta ata, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.3.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8 desta ata, bem como nos subitens 13.2.2, 13.2.3 e 13.2.4 desta ata, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.3.4 Os respectivos prazos aplicáveis às infrações acima, estão definidos no art. 261 do Decreto Municipal nº 346/23.
- 13.3.5 O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista nesta ata de registro preços.
- 13.3.5.1 Multa Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia sobre o valor da parcela inadimplida em caso de atraso injustificado na execução do objeto, limitada a incidência a 30% (trinta por cento). Após o 30º (trigésimo) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória.
- 13.3.6 Todas as sanções previstas neste capítulo poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa compensatória, conforme as condições abaixo:
- 13.3.6.1 Para a infração descrita no subitem 13.2.1, a multa será de 3% do valor da parcela inadimplida da contratação.
- 13.3.6.2 Para a infração descrita no subitem 13.2.2, a multa será de 6% do valor da parcela inadimplida da contratação.
- 13.3.6.3 Para inexecução total da ata de registro de preços previsto no subitem 13.2.3, de 10% do valor total da ata de registro de preços.
- 13.3.6.4 Para a infração descrita no subitem 13.2.4, a multa será de 2% do valor da parcela inadimplida da contratação.
- 13.3.6.5 Para as infrações descritas nos subitens 13.2.5 a 13.2.8, de 20% do valor da parcela inadimplida da contratação.
- 13.3.7 A multa moratória e compensatória não será cumulada sobre o mesmo fato gerador.
- 13.3.8 A dosimetria das sanções será aplicada de acordo com os critérios objetivos definidos no Decreto Municipal nº 346/2023, especialmente em seus art. 265 a 267.
- 13.4 Somente será admitida a retenção de valores de parcela adimplida para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo, limitada ao valor da multa devida.
- 13.5 A aplicação das sanções previstas nesta ata não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à gestora da ata (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES



EDITAL

- 13.6 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 13.6.1 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela gestora da ata à detentora da ata, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).
- 13.6.2 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à detentora da ata, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, bem como no Decreto Municipal nº 346/23 para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.8 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.8.1 A natureza e a gravidade da infração cometida.
- 13.8.2 As peculiaridades do caso concreto.
- 13.8.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 13.8.4 Os danos que dela provierem para a detentora da ata.
- 13.8.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/21, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159, da Lei nº 14.133/21).
- 13.10 A personalidade jurídica da detentora da ata poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta ata ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a detentora da ata, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/21).
- 13.11 A gestora da ata deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Portal Nacional de Contratações Públicas, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e no Cadastro de Impedidos de Licitar do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. (Art. 161, da Lei nº 14.133/21).
- 13.12 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.
- 13.13 No processo administrativo sancionatório instaurado para apuração de condutas praticadas durante a execução contratual e que possa ensejar a aplicação das



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

sanções previstas nos incisos II e III do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, poderá ser celebrado com a contratada compromisso de ajuste de conduta nos termos do art. 26 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 nos moldes do art. 277 do Decreto Municipal nº 346/2023.

- 13.14 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

**14. DO CANCELAMENTO DA ATA OU DO PREÇO REGISTRADO**

- 14.1 O registro do fornecedor poderá ser cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

14.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado.

14.1.2 Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração Municipal, sem justificativa aceita pelo órgão gerenciador.

14.1.3 Sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar com o Município de Pinhais ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.1.4 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 9.2.2.2.

14.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão gerenciador, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

14.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 14.1 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

14.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

14.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

14.5.1 Por razão de interesse público.

14.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de fato superveniente, de caso fortuito ou força maior, que impossibilite o cumprimento da ata de registro de preços.

14.5.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

14.6 Para a ocorrência do item 14.1.1, será necessário que se respeite o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, em especial com a abertura de processo administrativo e sejam praticados os seguintes atos:

14.6.1 Após o recebimento formal das obrigações descumpridas pelo fornecedor registrado, deverá a Secretaria Municipal de Administração notificá-lo sob a intenção de excluí-lo da ata de registro de preços, concedendo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, caso queira.

14.6.2 Interposta ou não a defesa prévia, a Secretaria Municipal de Administração avaliará e decidirá sobre a exclusão do fornecedor.



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**



**EDITAL**

- 14.6.3 Poderá a Secretaria Municipal de Administração obter subsídios com os órgãos participantes, órgãos não participantes, área técnica e Procuradoria.
- 14.6.4 Emitida a decisão, caberá recurso de reconsideração no prazo de 03 (três) dias e o seu processamento será realizado nos termos do que prescreve o art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**15. LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD**

**15.1 Da proteção de dados pessoais**

- 15.1.1 As partes se comprometem a cumprir todas as obrigações estipuladas na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018) e demais legislações aplicáveis no que se refere às diretrizes para o tratamento de dados pessoais relacionados ao objeto da presente ata de registro de preços, zelando pelos direitos e garantias fundamentais envolvidos, inclusive sobre a confidencialidade das informações.

**16. DOS CASOS OMISSOS**

- 16.1 Os casos omissos serão decididos pela gestora da ata, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos / atas de registro de preços.

**17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 17.1 Fica eleito, para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes desta ata, o Foro Regional de Pinhais, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba/PR.
- 17.2 Será considerada para efeito da data de assinatura da ata de registro de preços a data em que o último signatário assinar.

Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada para que produza os seus efeitos de direito.

Pinhais, data da assinatura digital.

xxxxxx (Representante Legal da Empresa Qualificado no Ata)  
xxxxxxx (Razão Social da Empresa)

xxxxxx  
Secretário Municipal de xxxxx (Secretaria  
Gerenciadora da Ata)

xxxxxx  
Prefeita(o) Municipal